

RICARDO MENDES RODRIGUES

**TEMA: DINÂMICA DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE TARRAFAL ENTRE
1990 E 2000 E O SEU IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO**

**Trabalho científico apresentado no ISE para obtenção do Grau de Licenciado em
Geografia, sob orientação do Mestre Pedro Moreno Brito.**

O Júri:

Praia, aos ____ de _____ de 2005

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, especialmente aos meus queridos pais, António Gomes Rodrigues e Júlia Mendes dos Reis, pelo amor, educação e pelos valores que inculcaram em mim que serei eternamente grato; a todo o resto da minha família por todo o apoio e coragem que me deram para que este trabalho fosse uma realidade.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível através da colaboração de personalidades e entidades, de modo que não podia deixar de expressar o meu profundo sentimento de gratidão a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse trabalho fosse uma realidade. É impossível referir o nome de todos, por isso deixo um muito obrigado a todos.

Entretanto, não posso deixar de mencionar o nome de algumas pessoas e entidades, que trabalharam incansavelmente com muita paciência, empenho e dedicação, para a concretização do presente trabalho:

Ao nosso orientador Dr. Pedro Moreno Brito, vai um especial agradecimento, pela forma como nos orientou, pela disponibilidade, paciência, rigor científico e constante boa disposição demonstrada;

Os nossos agradecimentos são, também, extensivos a todo o corpo docente do Instituto Superior de Educação, ao Departamento de Geociências e a todos os professores e funcionários que deram a sua colaboração para o normal funcionamento deste curso;

Igualmente gostaríamos de deixar um gesto de especial agradecimento aos professores Dr. José Maria Semedo, Dra. Judite Nascimento e Dr. Lázaro pelos esforços e dedicação que demonstraram ao longo do curso;

De igual modo, deixamos uma palavra de gratidão aos funcionários do Instituto Nacional de Estatísticas em especial ao Sr. José Carlos, Bibliotecário, pela disponibilidade e orientações prestadas na procura de dados indispensáveis para o nosso trabalho;

Aos funcionários do GEP – Ministério de Saúde e Planeamento, em particular a Dra. Ivone Nascimento, pelo apoio e disponibilidade demonstrados;

Aos nossos colegas e amigos Pedro da Costa de Pina, Rodrigo Semedo Moreira, Osmar Francisco, Estevão Borges e Braulindo Maria com quem partilhamos o apartamento ao longo do período de formação;

Aos nossos amigos, Professor José Jorge (Mindo), Eugénio, Marcelo, Sílvio de Nhamina e Luís Dias; pelo apoio e motivação prestados desde o início da formação;

Agradecemos, igualmente, aos nossos colegas do curso pela coragem, força e amizade compartilhada ao longo desses quatro anos de formação.

Obrigado a todos.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Índice Geral.....	5
Índice de Quadros.....	8
Índice de Figuras.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1 - Objectivos do trabalho.....	13
2 - Justificação da importância do tema.....	14
3 - Abordagem teórica.....	15
4 - Metodologia.....	19
CAPÍTULO I	
1 – ENQUADRAMENTO GERAL.....	20
1.1 - Enquadramento geográfico do país e da ilha.....	20
1.2 - Caracterização geográfica do concelho.....	22
1.3 - Aspectos históricos.....	23
1.4 - Aspectos sócio-culturais, económicos e demográficos.....	25
1.4.1 - Aspectos sócio-culturais.....	25
1.4.2 - Aspectos económicos e demográficos	26
CAPÍTULO II	
2 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA.....	27
2.1 - Distribuição espacial da população/ Densidade demográfica.....	29
2.2 - Estrutura/ Estado da população.....	33
2.3 - Dinâmica/ Evolução da população.....	38
2.3.1 - Crescimento natural.....	40

2.3.1.1 - Natalidade/fecundidade.....	41
2.3.1.2 - Natalidade.....	42
2.3.1.3 - Fecundidade.....	42
2.3.1.4 - Mortalidade.....	45
2.3.1.4.1 - Mortalidade Infantil.....	46
2.3.1.4.1 - Mortalidade por causa da Morte.....	47
2.4 - Migrações.....	49
2.4.1 - Migrações internas.....	49
2.4.2 - Migrações internacionais.....	51

CAPÍTULO III

3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO	53
3.1 - Caracterização económica.....	54
3.1.1 - O sector primário.....	57
3.1.1.1 Agricultura/ silvicultura.....	58
3.1.1.2 - A pecuária.....	59
3.1.1.3 - Pesca.....	60
3.1.2 - O sector secundário.....	61
3.1.2.1 - Indústria.....	62
3.1.2.2 - Construção civil e obras públicas.....	63
3.1.3 - Sector terciário.....	63
3.1.3.1 - Serviços.....	64
3.1.3.2 - O comércio.....	64
3.1.3.3 - O turismo.....	65
3.2 - Caracterização social.....	66
3.2.1 - Saúde/ nutrição e saneamento básico.....	66
3.2.1.1 - Saúde.....	66
3.2.1.2 - Situação nutricional.....	68
3.2.1.3 - Saneamento básico.....	69
3.2.1.3.1 - Sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos (lixo).....	70

3.2.1.3.2 - Sistema de abastecimento de água.....	71
3.2.1.4 - Prevalência reprodutiva/ saúde reprodutiva e planeamento familiar.....	72
3.2.2 - Educação/ Nível de instrução.....	73
3.2.2.1 - Ensino Pré-escolar.....	74
3.2.2.2 - Ensino Básico (EB).....	75
3.2.2.3 - Ensino Secundário.....	75
3.2.2.4 - Alfabetização e Educação de Adultos	76
3.2.3 - Estruturas habitacionais e nível de conforto.....	77

CAPÍTULO IV

4 – IMPACTOS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO

CONCELHO83

4.1 - Pressão demográfica sobre os recursos e o ambiente..... 84

4.2 - Aumento da população activa e a sua situação perante o emprego/ desemprego.....88

4.3 - Crescimento da população e a situação perante a pobreza.....93

CONCLUSÕES.....98

RECOMENDAÇÕES.....100

BIBLIOGRAFIAS.....102

ANEXOS

Índice de Quadros

Quadro nº 01.....	31
Quadro nº 02.....	35
Quadro nº 03.....	40
Quadro nº 04.....	42
Quadro nº 05.....	44
Quadro nº 06.....	45
Quadro nº 07.....	46
Quadro nº 08.....	47
Quadro nº 09.....	48
Quadro nº 10.....	50
Quadro nº 11.....	54
Quadro nº 12.....	58
Quadro nº 13.....	60
Quadro nº 14.....	61

Quadro nº 15.....	66
Quadro nº 16.....	67
Quadro nº 17.....	72
Quadro nº 18.....	73
Quadro nº 19.....	76
Quadro nº 20.....	78
Quadro nº 21.....	79
Quadro nº 22.....	80
Quadro nº 23.....	81
Quadro nº 24.....	88
Quadro nº 25.....	89
Quadro nº 26.....	90
Quadro nº 27.....	92
Quadro nº 28.....	95

Índice de Figuras

Figura 01.....	20
Figura 02.....	22
Figura 03.....	30
Figura 04.....	30
Figura 05.....	33
Figura 06.....	36
Figura 07.....	36
Figura 08.....	38
Figura 09.....	56
Figura 10.....	79
Figura 11.....	86
Figura 12.....	86

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, cujo o tema é «Dinâmica da população do concelho de Tarrafal entre 1990 e 2000 e o seu impacto socio-económico», vem na sequência de investigação para apresentação de um trabalho científico de fim do curso como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Geografia.

Este trabalho surgiu, igualmente, da verificação de vários problemas que afectam o concelho, tanto de ordem demográfico, económico, social como ambiental. Não obstante os problemas, que se arrastam desde há muito tempo e que levou na, actualidade, ao posicionamento do concelho de entre os mais pobres do arquipélago de Cabo Verde. O concelho tem vindo a aumentar consideravelmente o seu efectivo populacional ao longo dos tempos.

Ao longo da elaboração deste trabalho enfrentamos algumas dificuldades, sobretudo na aquisição de dados, devido à criação do concelho de São Miguel em 1997, que veio separar a freguesia de São Miguel Arcanjo da freguesia da de Santo Amaro Abade, dando assim origem a dois concelhos autónomos. Por isso no segundo capítulo, onde analisamos dinâmica/estado e evolução demográfica enfrentamos algumas dificuldades, dado à ausência de séries estatísticas específicas sobre o actual concelho em estudo. Neste contexto optamos pela análise conjunta (Tarrafal e São Miguel) de alguns indicadores.

Como sabemos, a dinâmica de uma população tem implicações directas nas condições sócio-económicas, podendo arrastar consigo alguns problemas que podem influir nas condições de vida das populações.

Sendo assim, com estes propósitos procurámos fazer uma abordagem geral sobre a dinâmica da população no concelho do Tarrafal e o seu impacto sócio-económico, em vários ângulos, nomeadamente: os aspectos sócio-culturais, económicos e demográficos.

Além da introdução onde procurámos fazer o enquadramento do trabalho, com os objectivos preconizados, a metodologia seguida, a justificação da importância do tema, este trabalho se encontra estruturado em quatro capítulos, mais as conclusões, recomendações, bibliografias e anexos.

O primeiro capítulo, em que fizemos o enquadramento geral do país, bem como da ilha e do nosso domínio de estudo, partindo do enquadramento geográfico, caracterização geral do

concelho, versando os aspectos históricos, os aspectos socio-culturais, económicos e demográficos.

No segundo capítulo nós analisámos a dinâmica da população entre 1990 e 2000, com a sua evolução, estruturas e densidade da população, bem como a sua repartição no espaço, o crescimento natural e as migrações.

No terceiro capítulo nós abordámos a análise da situação sócio-económica do nosso domínio de estudo, por sectores de actividades e analisámos, igualmente, a problemática do saneamento do meio, bem como o sistema de abastecimento de água.

O quarto (último) capítulo serviu para analisar o impacto do crescimento demográfico sobre o desenvolvimento socio-económico do concelho, nomeadamente, a pressão demográfica sobre os recursos e o ambiente, o aumento da população activa e a sua situação perante o emprego/desemprego e o crescimento da população e a situação perante a pobreza.

E finalmente apresentámos as principais conclusões a que chegamos com o presente trabalho de investigação científica, bem como algumas recomendações que achámos pertinentes para o nosso domínio de estudo.

1 - Objectivos do trabalho

Este trabalho surgiu no contexto da necessidade de produzir um trabalho de investigação no fim do curso, aliada à vontade de conhecer melhor e de proporcionar um modesto contributo ao conhecimento do nosso concelho.

Ao estudar a dinâmica da população do concelho de Tarrafal entre 1990 e 2000 e o seu impacto socio-económico, pretendemos analisar a estrutura etária da população por sexo e grupos de idade, sua evolução durante esse período, ritmos de crescimento, sua distribuição no espaço bem como a caracterização socio-económica da mesma.

O crescimento demográfico no concelho, nas últimas três décadas tem assumido proporções seriamente preocupantes, contrariando assim todas as projecções e perspectivas feitas. Nessa óptica a análise do crescimento demográfico sobre os escassos recursos disponíveis reveste-se de extrema importância e constitui um dos objectivos do nosso trabalho.

Este estudo é feito de forma bem delimitado e específico, com vista a dar a nossa modesta contribuição para uma melhor planificação, de âmbito demográfico, social, económico, ambiental, assim como político. Não é nossa pretensão fazer um estudo acabado, nem tão pouco esgotar o tema, mas sim dar apenas um modesto contributo que achamos de extrema importância para o concelho do Tarrafal, feito de uma forma aberto, sujeito a críticas e sugestões, oferecendo sobretudo contributos para estudos posteriores.

Constitui ainda objectivos específicos deste trabalho dar a conhecer a realidade interna do concelho através de estudos de alguns fenómenos: mortalidade, natalidade, fecundidade, movimentos migratórios; análise da situação do desemprego/emprego; as actividades económicas dominantes; descrição das infra-estruturas e equipamentos sociais; caracterização dos níveis de conforto das famílias, entre outros.

2 - Justificação da importância do tema

O estudo demográfico de qualquer país, região ou lugar é imprescindível para o seu desenvolvimento, uma vez que permite conhecer o seu comportamento e suas características. Não existe desenvolvimento sem plano e por conseguinte não existe plano sem estudos da população, porque qualquer região, qualquer estado, quando se cria um projecto visa sempre o bem-estar social e o concelho do Tarrafal não foge a regra.

Actualmente, verifica-se dois cenários demográficos complexos e inversos, o dos países desenvolvidos e o dos em desenvolvimento. A situação nestes últimos, tem sido motivo de preocupações sobretudo por parte da comunidade internacional, devido às elevadas taxas de fecundidade que se tem verificado, contra um deficiente crescimento dos recursos. Esses países concentram cerca de 70% da população mundial, mas usufruem 25% dos recursos existentes a nível mundial, enquanto que os do grupo desenvolvido, que concentram apenas cerca de 30% da população, usufruem 75% dos recursos e a taxa de fecundidade é baixa e tende a baixar cada vez mais.

O continente africano é aquele onde a pobreza tem maior incidência, mas projecção para o ano 2025 aponta para uma taxa de crescimento de 2,6%, a mais elevada entre os continentes (Silva, Francisco et al, 2000). Nessa taxa encontram-se reflectidas as elevadas taxas de natalidade dos países da África Subsariana, onde inclui, também, Cabo Verde. Os IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixos se registam nesses países, consequência de elevado crescimento demográfico, causando instabilidade política, social, económica, religiosa, etc.

Cabo Verde como parte desse grupo de países, não foge muito a essa problemática.

No nosso domínio de estudo consideramos este tema muito importante, porque só com um estudo do género poderá atingir um desenvolvimento integrado e sustentável, dado a situação da pobreza e a intensidade da exploração dos recursos do meio ambiente a que o concelho se encontra. Esse estudo permite ver as necessidades presentes e prever as futuras quer no ramo educativo, nomeadamente na construção de mais salas de aulas ou contratação de mais professores; no ramo de saúde, construção de mais infra-estruturas, mais equipamentos e meios humanos, aumento dos postos de trabalho; necessidade de surgimento de centros de formação profissional; etc., isto é, ver carências presentes e prever o futuro.

3 - Abordagem teórica

Assuntos relativos ao crescimento demográfico e ao desenvolvimento socio-económico foram e continuam sendo alvos de grandes preocupações, a nível mundial, por parte de todos. São vários pensadores, quer sejam eles, Demógrafos, Filósofos, Sociólogos, Políticos, Antropólogos, Economistas, Geógrafos, Urbanistas, etc. que reflectiram e têm reflectido sobre a problemática da dinâmica da população, sobretudo do crescimento bastante acelerado da população que se verifica em algumas regiões.

Desde a antiguidade personalidades como *Platão* e *Aristóteles* deram alguns contributos. Ambos defendiam o recurso a expulsão, aborto, infanticídio, abandono e exposição de deficientes físicos, para o controle do crescimento da população para assegurar a qualidade da população. Contudo, podemos afirmar que, na época moderna as preocupações provenientes do crescimento demográfico assumem proporções maiores. Por exemplo, *Thomas Robert Malthus*, economista inglês, nos finais do sec. XVIII, numa das suas obras defendeu o princípio de que “*uma população não controlada tem tendência para duplicar a cada 25 anos, crescendo de período em período, segundo uma progressão geométrica enquanto, nas condições mais favoráveis, a produção dos recursos tem tendência a crescer segundo uma progressão aritmética*” e que essa situação constitui um entrave ao desenvolvimento causando o desemprego e a pobreza (fome, miséria, marginalidade, etc.).

Em finais do sec. XIX e início do sec. XX, o Sociólogo, *Émile Durkeim* defendeu um pensamento oposto ao malthusiano, que dizia que a expansão demográfica é sempre acompanhada de mudanças qualitativas na sociedade. O aumento do volume demográfico leva a expansão das cidades, o que tem impactos positivos na divisão do trabalho. Quanto mais se expande a sociedade, mais intensas são a competição e a luta pela vida no seio da mesma. Isso leva a que os indivíduos sintam cada vez mais a necessidade de se especializarem, de diversificarem as suas relações sociais e aumentarem o seu nível cultural. Consequentemente, sentem eles mesmos a necessidade de reduzir a dimensão das famílias sem serem necessárias imposições externas.

É evidente que, as posições defendidas por estes pensadores foram determinadas pela formação académica, pelo meio e época em que viveram.

No caso de Cabo Verde, com as suas características específicas, e escassez de estudos afins optamos por não enquadrar o nosso trabalho em nenhuma dessas teorias clássicas, muito menos noutras situações descritas acima, mas procurar seguir uma corrente mesclada em que se baseia tanto numa como na outra, procurando sempre adaptar essas teorias ao nosso domínio de estudo, tendo em conta a sua realidade.

Nos NPI (Novos Países Industrializados), exemplo dos situados no Sudeste asiático, onde existe uma forte concentração demográfica, resultado de elevadas taxas de fecundidade, foram capazes de gerir a sua mão-de-obra abundante e jovem, conjuntamente com outras situações, lhes proporcionaram desenvolvimento económico.

Alguns países tem recorrido a aplicação de políticas anti-natalistas para controlar a natalidade, contrariamente tem se verificado, actualmente, em alguns países da Europa, um incentivo a natalidade, devido à tendência de envelhecimento da população.

A problemática da dinâmica da população é um dilema. *«A ciência demográfica, ao ter desenvolvido as técnicas de projecção consegue extrapolar tendências para o futuro com uma certa exactidão... e ninguém fica indiferente aos números que se apresentam com grandes plausibilidade: 7023 milhões de habitantes em 2010, 8312 milhões em 2025....*

Será possível encontrar um dinamismo económico e um contexto ecológico capaz de responder à permanência da situação actual, em que a população do globo aumenta 190 000 pessoas diariamente (o tamanho de uma cidade de razoável dimensão) em que cada ano a população mundial aumenta cerca de 100 milhões de habitantes (ou seja, tanto como o total da população da Europa em meados do século XVIII)? Estamos perante um problema que ninguém mais pode ignorar. Mas, sendo o mundo constituído por blocos com características demográficas totalmente diferentes e havendo necessidade de existir uma política coordenada, como é que se pode defender uma estratégia de acção para a nossa «aldeia global»? Por outro lado, conforme iremos ver, se uma população não cresce começa a envelhecer... e o que fazer a tantos idosos sob o ponto de vista financeiro, social, familiar e cultural?

Eis alguns dos grandes dilemas com que a ciência demográfica se debate no mundo actual» (NAZARETH, 1996).

As três conferências mundiais realizadas sobre a população: Bucareste, 1974, México, 1984 e Cairo, 1994 são os mais evidentes esforços para encontrar uma solução comum para o

problema acima citado. Na mais recente destas conferências, as posições irredutíveis dos anos 70 deram lugar a um diálogo aberto entre o Norte e o Sul e, pela primeira vez neste tipo de conferências internacionais, subscreveram um programa de acção com 15 princípios e 16 capítulos onde se explicitam um conjunto de recomendações concretas que devem orientar os futuros programas políticos em matéria de população.

Cabo Verde como parte integrante do mundo em desenvolvimento, até bem pouco, já que se prepara para os deixar, e particularmente da África subsariana não foge à regra. Até a década de 50, o país conheceu momentos de decréscimo da população, mas a partir dessa década tem se verificado um crescimento sistematicamente positivo e a população cresceu em média 3% por ano, segundo os dados do INE-CV. Então qual é a real dinâmica da população do concelho de Tarrafal?

Nas décadas de 1970 e 1980 registaram-se no concelho, ligeiras diminuições da população, provavelmente devido ao efeito da emigração, mas na década que se segue (1990), o crescimento foi de tal forma que, a taxa de crescimento médio anual atingiu valor inédito (4,1%), ficando assim o concelho no segundo lugar, seguido da ilha do Sal (6,7%) e ultrapassando, em quase dobro, a média nacional (2,4%). Quais os factores que estão na base desse aumento da população? Será que houve um aumento da taxa de natalidade contra uma reduzida taxa de mortalidade e uma restrição da emigração por parte dos países de acolhimento?

No entanto sabe-se que o concelho do Tarrafal, juntamente com o outro concelho vizinho, São Miguel, são dos mais pobres do arquipélago, isto é, apresentam piores indicadores da qualidade de vida. Sabe-se, ainda, que o concelho à semelhança do que acontece com o resto do país, tem uma estrutura produtiva deficitária, ou seja, o que se produz não representa nem 15% daquilo que é consumido, dependendo assim dos produtos da importação (Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003).

Perante esse cenário, pergunta-se: Quais são as implicações sociais, económicas e ambientais desse crescimento populacional? Será que esse crescimento demográfico foi acompanhado de desenvolvimento social e económico e consequentes melhorias no nível de vida das populações? Ou será que veio acarretar ainda mais a pobreza no concelho e a degradação dos recursos do meio ambiente? Ou será que não existem informações em matéria do planeamento familiar? Será que houve um aumento de emprego/desemprego no concelho?

Todo o nosso trabalho irá girar em torno dessas questões levantadas, no sentido de tentar respondê-las com a máxima clareza possível.

4 - Metodologia

A metodologia é um conjunto de procedimentos e técnicas de que se lança mão para atingir determinados fins quando se executa quaisquer trabalhos, particularmente, os de natureza científica. Trata-se, pois de um instrumento bastante importante no campo da investigação, uma vez que dela depende, indubitavelmente, o sucesso ou o insucesso de uma investigação. Não se pode, de maneira nenhuma, levar avante nenhum projecto sem, de antemão, definir a metodologia a seguir, ou seja, é preciso saber qual o caminho por onde ir. É só tendo uma metodologia bem definida que a investigação terá o seu sucesso desejado por parte do investigador.¹

A metodologia seguida para a elaboração deste trabalho científico de fim de curso foi a revisão de literatura, seguida de escolha de tema, elaboração e entrega do projecto e início do processo da pesquisa.

No processo da pesquisa, com vista a concretização deste trabalho, adoptamos um conjunto de procedimentos e técnicas que nos permite atingir os objectivos preconizados.

Privilegiamos as pesquisas bibliográficas, observação, recolha de dados junto das instituições públicas e privadas para posteriormente fazermos as análises qualitativa e quantitativa dos mesmos.

Recorremos ainda a entrevistas e/ou questionários, nomeadamente a personalidades que exercem funções ligadas a área de estudo e/ou a pessoas nas comunidades de forma a responder as questões levantadas.

A elaboração de mapas, de pirâmides, de quadros e de gráficos foram considerados importantes instrumentos de análises que recorreremos como suporte para a realização desse

¹ BRITO, 2003

trabalho. Foram, igualmente utilizadas fotos como testemunhas para caracterizar a tipologia das casas, bem como para explicar a acção humana sobre o ambiente.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 - Enquadramento geográfico do país e da ilha

Cabo Verde está localizado na margem oriental do Atlântico Norte, entre os paralelos 14° 48' N e 17° 12' N e os meridianos 22° 44' W e 25° 22' W, a uma distância de aproximadamente 500 quilómetros do Cabo, que fica situado no Senegal, formando o extremo poente do continente africano (Fig.1).

Fig.1: Mapa de localização de Cabo Verde em relação ao continente africano



É um pequeno país, insular, com uma superfície emersa de 4033 Km². Esta superfície está distribuída por dez ilhas, cinco ilhéus principais e vários outros de reduzidas dimensões.

Cabo Verde pelas suas dimensões territorial e demográfica encontra-se entre os estados mais pequenos do mundo².

² SEMEDO, José Maria e BRITO, Arminda, Fevereiro de 1995

O país está repartido em dois grupos de ilhas designados de Barlavento e Sotavento, de acordo com a posição de cada um em relação ao vento dominante de NE, sendo Santiago uma das ilhas do grupo Sotavento.

A ilha de Santiago é a maior do arquipélago, com uma área de 991 Km², está localizada entre os paralelos 17° 30' e 15° 00' N e os meridianos 22° 30' e 25° 30' de longitude Oeste de Greenwich³ e está dividida em seis concelhos, sendo Tarrafal constitui um deles.

O arquipélago de Cabo Verde está numa zona de climas áridos e semi-áridos do Sahara, na faixa de transição entre o deserto e os climas húmidos tropicais, designada por Sahel. O clima é tropical seco, com tendência para árido, com chuvas muito concentradas nos três meses húmidos (Julho, Agosto e Setembro).

As correntes marítimas (correntes frias das Canárias), o tempo dos alísios, a latitude e a altitude são também factores que condicionam o clima do nosso arquipélago.

O período das chuvas no arquipélago está fortemente dependente das oscilações da Convergência Intertropical (CIT) que se desloca do Sul para Norte, pelo que as ilhas do Sul recebem a CIT, com maior frequência, razão pela qual os anos secos são mais frequentes nas ilhas mais a Norte.

1.2 - Caracterização geográfica do Concelho

O concelho do Tarrafal está localizado no extremo Norte da ilha de Santiago, aproximadamente 80 km da cidade capital – Praia, situada na mesma ilha, ocupando uma área de 112,4 Km², o que representa cerca de 2,8% da área total do território nacional e 11,3% da superfície emersa da ilha de Santiago. Confronta-se a Sudeste com o concelho de São Miguel e a Sudoeste com o concelho de Santa Catarina (Fig.2).

³ Idem

Fig. 2: Mapa de localização do concelho de Tarrafal



O clima é árido, podendo contudo diferenciar os seguintes estratos climáticos: árido, Semi-árido e sub-húmido. A temperatura média anual ronda os 25°C com variações nas zonas de maiores altitudes. A precipitação total anual não ultrapassa os 200 mm, mesmo nos anos mais pluviosos.

Sendo Tarrafal, um dos concelhos da ilha de Santiago e do país, não escapa à influência dos factores que condicionam o clima da ilha e do país, mas dado as suas características próprias, torna-se necessário destacar alguns factores que influenciam o clima nesta parte Norte da ilha.

O relevo e a disposição das vertentes em relação aos ventos dominantes, pois tratando-se de uma região baixa, com uma influência directa com a disposição do Monte Graciosa, contribui grandemente para o aumento da aridez⁴.

⁴ BRITO, 2003

1.3 - Aspectos históricos

A história é muito importante, quando se trata de estudos demográficos, dado que muitas vezes para compreender a cultura ou actividade económica de um povo, ou uma civilização é necessário recuar no tempo e conhecer a sua história.

O concelho de Tarrafal, como parte integrante da ilha de Santiago e de Cabo Verde, foi descoberto pelos portugueses em 1460, no contexto da expansão marítima europeia do séc.XII, protagonizado por Portugal e Castela (Espanha) e foi povoado dois anos mais tarde (1462), em que Santiago foi das primeiras ilhas a serem povoadas.

As referências históricas sobre o concelho surgem, ora como terra bem amada, ora odiada. Se por um lado se reconhece que Tarrafal tinha (e tem) condições para um bom porto marítimo, como de facto o foi e se distingue na comercialização de sementes de pulgueira no primeiro quartel do séc. XX, o seu clima é referenciado como sendo insalubre. Outro motivo forte que esteve na origem das suas várias referências negativas, prende-se com a instalação em 1936, em Chão Bom, nos arredores de Vila, de uma prisão de inspiração nazista, com todos os requintes para torturar os presos, o que levou um dos seus ex-presidiário, Manuel Francisco Rodrigues, a escrever no seu sugestivo livro «Tarrafal Aldeia da Morte», «o diário da B 5», que Tarrafal de Santiago é o pior dos piores lugares da pior ilha.⁵

Com o enceramento dessa prisão em 1974, seis dias após à histórica Revolução dos Cravos em Portugal⁶, surgiram outras ideologias sobre o concelho. Actualmente, já é referenciado como o melhor dos melhores lugares da melhor ilha.

Não se sabe o certo a data da elevação do povoado à categoria de concelho, registos apontam para as datas:

25 de Abril de 1917 por decreto n.º 31098 – B, publicado no supremo nº3 no B.O n.º 25/1917, desintegrando-o do concelho de Santa Catarina que teve já a sua sede na Vila do Tarrafal até 1912;

20 de Julho de 1872, num estudo monográfico sobre a freguesia de Santo Amaro de Dr. António Carlos Madeira Lopes da Silva, sob a orientação do Dr. José Maria Semedo.

⁵ GOMES, José Tavares.

⁶ Revista resistência, 1999

Após a sua criação, o concelho do Tarrafal foi dividido em duas freguesias, abarcando uma superfície de 203.1Km². A freguesia de Santo Amaro Abade, com uma superfície de 112,4 Km², com a sua sede na Vila do Tarrafal e a de São Miguel Arcanjo com 90.7Km², com a sua sede na Vila a de Calheta.

Nos meados de 1997, deu-se a separação dessas duas freguesias, formando dois concelhos. O concelho do Tarrafal, freguesia de Santo Amaro e concelho de São Miguel, freguesia de São Miguel Arcanjo.

1.4 - Aspectos sócio-culturais económicos e demográficos

1.4.1 - Aspectos sócio-culturais

Os aspectos sócio-culturais devem ser levados em conta também quando se trata de estudos demográficos porque, têm uma influência directa ou indirecta no comportamento demográfico. Há que conhecer os comportamentos, valores e atitudes que caracterizam a sociedade e a cultura do homem cabo-verdiano e particularmente do concelho em estudo.

Sabemos que as nossas ilhas e os nossos concelhos diferenciam-se grandemente pela diversidade sócio-cultural que lhes caracterizam, consequência do processo de povoamento que foi muito difícil e diversificado, devido às condições “agrestes” que as ilhas apresentavam. No entanto esse povoamento aconteceu em épocas diferentes conforme a ilha e por diferentes povos, daí essa diversidade sócio-cultural, muito discutível actualmente.

A actividade económica predominante no concelho está relacionada com a natureza rural, semi-rural e urbana do concelho. Em 1990, 47,1% da população vivia no meio rural e em 2000, passou para 57,9% da população que vive nesse meio, mas mesmo no tecido urbano (Chão Bom e Vila do Tarrafal) grande parte dos chefes de famílias é imigrante das zonas rurais do concelho, daí que, os padrões de comportamento sócio-cultural da sociedade em estudo, estão condicionados por:

Uma forte componente religiosa, aliada a crença e atitudes tradicionais marcantes no comportamento das pessoas, principalmente das comunidades rurais, onde por exemplo, elevado número de filhos é entendido como “pensão” na velhice dos pais;

Uma cultura sujeita a fortes mudanças, sobre a influência de factores tão diversos, adventícios do fenómeno globalização.

1.4.1 - Aspecto económicos e demográficos

O concelho do Tarrafal em 2000 alberga uma população de 17784 habitantes, sendo 7904 do sexo masculino e 9880 do sexo feminino, distribuídos pelas 20 zonas do concelho. Entre essas localidades, apenas uma é considerada urbana (Vila do Tarrafal), uma semi-urbana (Chão Bom) e as restantes rurais.

A distribuição da população faz-se de uma forma muito heterogénea havendo zonas de forte densidade e outras de densidade muito fraca.

Os principais focos populacionais localizam-se na Vila do Tarrafal e Chão Bom separados por uma extensa área plana em crescimento com cerca de 3 km. As restantes zonas apresentam no geral uma fraca concentração demográfica e a tendência é para uma diminuição relativa dos efectivos.

As actividades económicas dominantes são as do sector primário seguido dos sectores terciário e secundário. Verifica-se um rápido crescimento do sector terciário em detrimento do secundário. A agricultura, pesca, silvicultura, pecuária, construção civil, administração pública, defesa e educação e comércio constituem as actividades mais importantes do concelho.

A remessa dos emigrantes e a pensão de invalidez, sobretudo dos trabalhadores ex-emigrantes em Portugal, são importantes fontes de rendimento de um grande número de famílias do concelho, para além da criação de emprego para a população no domínio da construção civil e do comércio. Na última década (1990) verificou uma diminuição da emigração, em Cabo Verde e no concelho do Tarrafal em particular, com impactos no crescimento da população. Essa diminuição do fluxo migratório para o exterior constitui uma das causas do forte crescimento populacional verificado no concelho durante essa década, que contrariou as décadas anteriores, ultrapassando a tendência da ilha e do país e todas as expectativas e projecções feitas, como a do Ministério de Educação Ciência e Cultura, no âmbito da elaboração da carta escolar, estimada em 13100 habitantes para o concelho, no ano 2000 e as projecções demográficas de Mady Biaye,

estimada em 13168 habitantes, no ano 2000 (Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal – Caracterização e Diagnóstico.1ª Fase).

CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

No mundo actual é imprescindível que qualquer estado/ região conheça bem a estrutura da sua população, para que seja feita a devida planificação e tomar as necessárias medidas com o fim de garantir a estabilidade social, político, económico, ambiental, etc.

A problemática do crescimento demográfico já motivou, a realização de três importantes conferências mundiais sobre a população: as conferências de Bucareste em 1974, do México em 1984 e do Cairo em 1994.

Actualmente o crescimento demográfico tem sido um dos problemas mais falados e discutidos, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde este crescimento não tem sido acompanhado do crescimento dos recursos, dando origem a uma certa instabilidade. Os exemplos dessas situações são os casos das regiões do Sul e Sudeste asiático e da África Subsariana, sendo muitos países pertencentes a este último, onde Cabo Verde faz parte, constituem dos mais pobres do mundo. (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2000).

A população cabo-verdiana vem aumentando consideravelmente, desde a década de 1950. Antes, o crescimento alternava com períodos de aumento e diminuição, devido aos efeitos da seca, fome e algumas epidemias que assolaram o país, sendo a mais recente a de 1947, vitimando um número significativo de pessoas.

A partir dos anos 1950 a população ganhou dinâmica, e conheceu sempre uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) positiva. Este crescimento motivou em 1995 a aprovação da Política Nacional da População (PNP) em que um dos grandes objectivos era o de reduzir o ritmo do crescimento demográfico até o ano 2000.

O concelho do Tarrafal como parte integrante do país não está isento deste crescimento, com excepção das décadas de 70 e 80, que tem acompanhado a generalidade da tendência de evolução verificada no Arquipélago de Cabo Verde e na ilha de Santiago em particular. Nas décadas de 1970 e 1980, verificou um crescimento relativo (CR) negativo no concelho, de -0,4% e -1,9% (ver quadro n.º 2 em anexo) respectivamente, mas na década que se segue o crescimento foi de tal forma que ultrapassou todas as expectativas e projecções. As causas dessa diminuição da população nas duas décadas referidas anteriormente, são devidas à diminuição de

natalidade, conjugadas com o fenómeno emigração, fenómeno esse que tem caracterizado o povo tarrafalense e de Cabo Verde em geral ao longo a sua história.

Em 2000, a taxa de crescimento médio anual (TCMA), do concelho atinge valor inédito, 4,3%, ocupando o 2º lugar do ranking nacional, depois da ilha do Sal, (6,7%), quase o dobro da média nacional (2,4%). O crescimento relativo é de (52,9%), ultrapassando a média nacional (46%) e da ilha de Santiago (34,5%). Ao contrário do registado nas duas últimas décadas, esse extraordinário aumento da população ocorrido na década de 1990 é motivado, fundamentalmente pelo aumento da natalidade e pela substancial redução da emigração, devido a restrições impostas pelos principais países de acolhimento.

Nesse contexto, tentaremos analisar a evolução, estrutura e a dinâmica da população, tendo como objecto de estudo, o actual concelho do Tarrafal. Contudo, convém salientar que dado a ausência de dados estatísticos, nós recorreremos a análise de dados do antigo concelho do Tarrafal, então formado pelas freguesias de Santo Amaro Abade e São Miguel Arcanjo, hoje separados em dois concelhos.

2.1 - Distribuição espacial da população/ Densidade demográfica

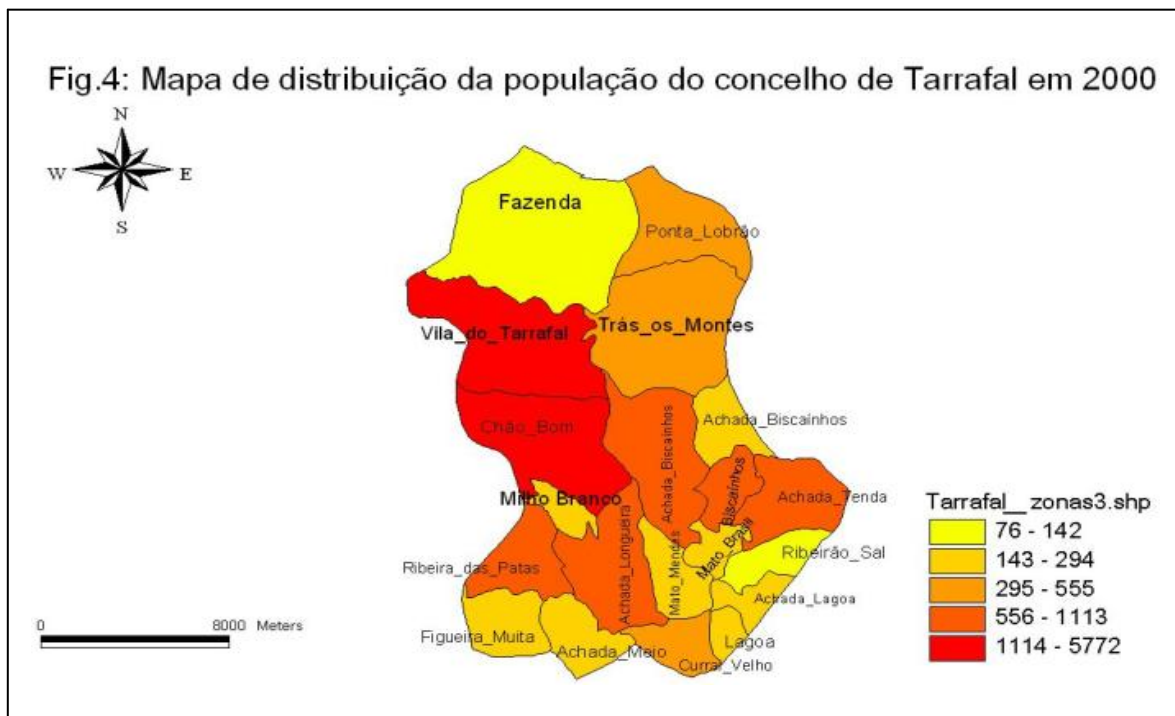
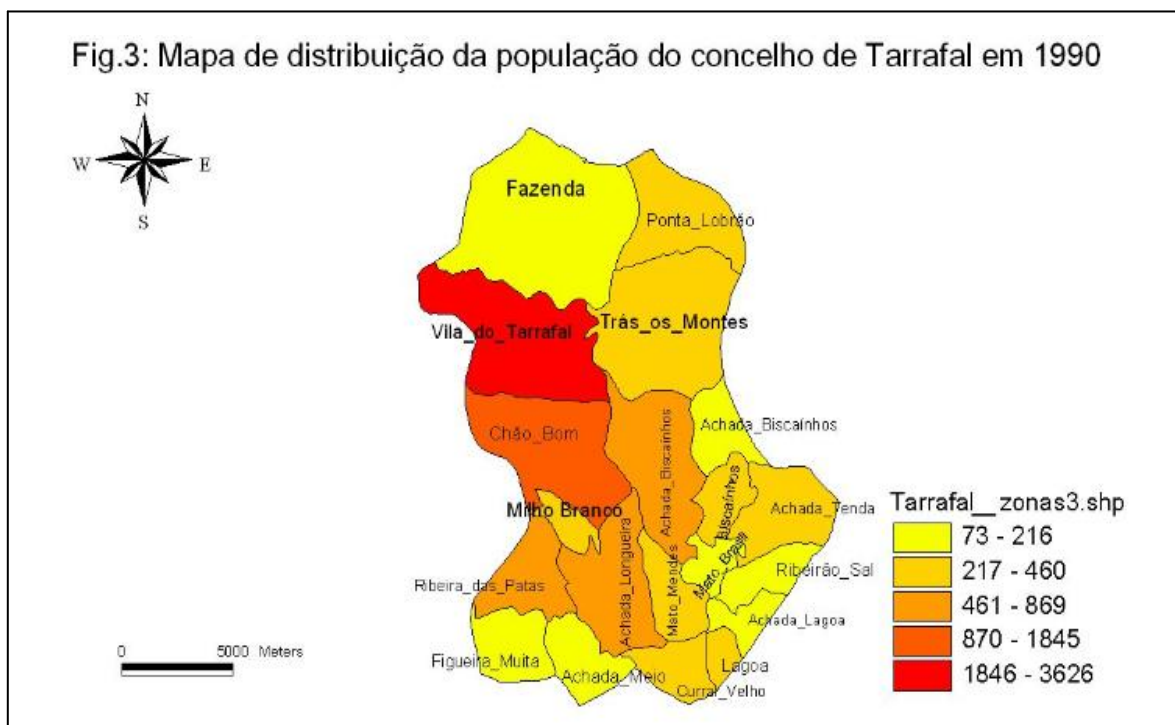
A distribuição da população, ocupação ou simplesmente densidade populacional é entendida como sendo o número de habitantes por quilómetros quadrados (hab. /Km²), ou então, a forma como a população se encontra distribuída no espaço.

O crescimento da população em Cabo Verde, assim como a sua distribuição, foram e continuam sendo desiguais nas nove ilhas habitadas do arquipélago e/ou nos diferentes centros e em diferentes épocas.

A ilha de Santiago, desde a década de 1940 tem concentrado uma grande porção da população do país (superior a 40%), sendo nas duas últimas décadas (1980 e 1990), a ilha ocupou 51,4% e 54,3 % respectivamente. A segunda ilha com maior concentração é a de São Vicente com cerca de 15% da população do país, o que demonstra a grande diferença de concentração entre as ilhas.

A nível geral, cerca de 90% da população se encontra nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo.

O concelho do Tarrafal como parte integrante do arquipélago de Cabo Verde e da ilha de Santiago, não constitui excepção, em matéria de distribuição da população (ver as figs 3 e 4 que se seguem).



As figuras 3 e 4 mostram que, a população do concelho está distribuída de uma forma muito irregular pelo espaço, sendo o tecido urbano (Vila do Tarrafal e Chão Bom), com maior percentagem da população, 54,7% e 52,8% em 1990 e 2000, respectivamente. As localidades a Nordeste do concelho são as que apresentam menor densidade demográfica.

Durante o decénio verificou-se um maior crescimento relativo (CR) no tecido urbano (78,2%), sendo Chão Bom a zona de maior crescimento, 43,4% de entre as 20 zonas que constituem o concelho.

O quadro n.º 1 que se segue mostra que, no concelho, apesar do crescimento demográfico verificado, em sete zonas houve uma diminuição dos efectivos populacionais em termos absoluto.

Quadro n.º 1 - Distribuição da população do concelho de Tarrafal por zonas (1990 - 2000)			
	1990	2000	Varição absoluta
Tarrafal	11627	17784	6157
Achada Biscainhos	73	235	162
Achada Lagoa	203	182	-21
Achada Longueira	869	725	-144
Achada do Meio	172	271	99
Achada Moirão	778	671	-107
Achada Tenda	460	1113	653
Biscainhos	417	724	307
Chão Bom	1845	4519	2674
Curral Velho	324	369	45
Fazenda	141	142	1
Figueira Muita	103	228	125
Lagoa	294	189	-105
Mato Brasil	216	210	-6
Mato Mendes	394	294	-100
Milho Branco	299	235	-64
Ponta Lobrão	283	360	77
Ribeira das Pratas	659	914	255
Ribeirão Sal	75	76	1
Trás-os-Montes	396	555	159
Vila do Tarrafal	3626	5772	2146

Fonte: INE - CV, Censos 1990 e 2000

A causa dessa diminuição da população, em algumas zonas do concelho, deverá ser procurada sobretudo na emigração da população dessas localidades, pouca atractivas e de difícil acesso, para os principais centros populacionais do concelho, outras paragens da ilha, do país ou até para o exterior.

Se essa tendência continuar, torna-se urgente a tomada de medidas para minimizar a problemática dessa dinâmica verificada, já que nalgumas localidades do concelho se verifica carência de alguns serviços básicos, nomeadamente salas de aulas, fazendo com que alunos desloquem para outras zonas para frequentar as aulas, implicando custos adicionais às famílias e riscos para os alunos dessa faixa etária. Por outro lado em muitas localidades se verifica o fenómeno inverso, uma progressiva diminuição do número alunos em certas escolas, o que nos leva a perspectivar, dado aos indícios de ausência de medidas/políticas demográficas correctas, a existência de salas de aulas sem alunos, o que já se constata em alguns concelhos do país.

Os factores que estão na origem dessa desigual repartição da população são de vária ordem, nomeadamente: naturais, vias de comunicação, prestação de serviços, bem como factores de natureza histórica, cultural, psicológica, etc., que não podem ser vistos, de maneira alguma, isoladamente.

No concernente à densidade populacional, nota-se que no concelho verificou uma evolução de 103,4 hab. /Km² em 1990 para 158,2 hab. /Km² em 2000, continuando abaixo da média da ilha de Santiago, (177,3 hab. /Km² em 1990 e 238,5 hab. /Km² em 2000) e ultrapassando a média nacional (109,0 hab. /Km² em 1990 e 106,6 hab. /Km² em 2000) no final do decénio.

Da observação das figuras 3 e 4, pode-se concluir ainda que a densidade é maior no tecido urbano, tanto em 1990 como em 2000, verificando uma tendência de maior concentração da população nessa área. A concentração de serviços (saúde, educação, justiça, comércio, turismo, etc.), a centralidade, os espaços de lazer, nessas zonas, principalmente na Vila do Tarrafal aliando a falta de alternativas, emprego, deficientes condições de acesso, falta de electricidade e água nas áreas fora do tecido urbano poderão ser as principais causas dessa irregular distribuição.

2.2 - Estrutura/ Estado da população

Um dos campos de estudo da demografia consiste em analisar a partir das estatísticas, as estruturas de uma população, com o objectivo de compreender as suas especificidade e as consequências delas advenientes.

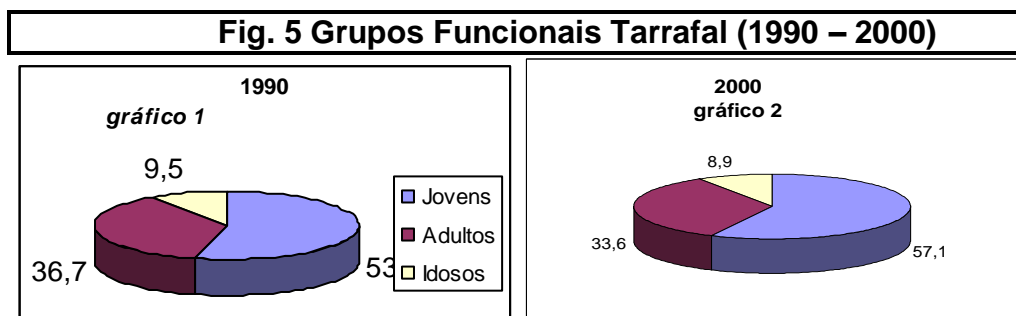
Para a análise da estrutura da população, privilegiamos o sexo e a idade, dois elementos que constituem os fundamentos da análise demográfica, dentro do nosso horizonte de estudo – 1990 a 2000.

A estrutura de uma população depende de alguns fenómenos demográficos, que por sua vez estão condicionados por factores de ordem natural, humano e ambiental, nomeadamente a fecundidade/ natalidade, mortalidade, fenómenos migratórios e o êxodo rural. Dentre esses

fenómenos, talvez a elevada taxa de fecundidade/ natalidade e os fenómenos migratórios, são as que mais influenciam a estrutura da população do concelho.

Sendo assim, na divisão dos grupos etários definimos os três grupos funcionais, que são: os jovens, indivíduos cuja idade vai dos 0 aos 19 anos; os adultos, de 20 a 59 anos e os idosos, os com idade igual ou superior aos 60 anos (ver quadro 8 em anexo).

A fig. 5 e o quadro n.º 8 em anexo mostram que, mais de metade da população do concelho é jovem, o que implica a construção de mais escolas, centros de formação e a abertura de novos postos de trabalho. Existe uma significativa porção dos idosos, apesar da diminuição percentual durante o decénio, o que leva a perspectivar algumas medidas no sentido de pôr cobro à situação.



Esse crescimento demográfico relativamente rápido, onde mais de metade da população, é constituída por jovens, favorece uma forte pressão demográfica sobre a procura dos serviços sociais (educação, saúde, habitação, emprego) e o meio ambiente.

Entretanto, é de realçar que durante o decénio, a proporção do grupo dos jovens na população total aumentou, passando de 53,8% em 1990 para 57,1% no ano 2000. Tendência inversa pode-se verificar para o grupo dos adultos e dos idosos, registando um decréscimo significativo como nos mostra a fig.5. Explicações para tais factos, podem ser encontradas na conjugação de vários factores, como: factores de natureza ambiental, dieta alimentar, condições, higiénico-sanitárias, nomeadamente nas condições de habitação, no abastecimento de água, na cobertura medico-medicamentosa, assistência pré-natal e infantil, conhecimento e uso de métodos anticoncepcionais, progressiva melhoria dos padrões de saúde que resultaram numa contínua redução dos níveis de mortalidade geral e específica, e na redução da emigração.

Se consideramos que durante esse período não houve qualquer epidemia ou fome generalizada que provocasse elevadas mortalidades, que em princípio afectaria toda a estrutura

da população e não um grupo específico em particular, então pode-se afirmar, com algum grau de certeza que estamos perante a manifestação de outro fenómeno demográfico inverso ao verificado nas duas décadas antecedentes (aumento da TCMA).

Se, se pode considerar que os idosos detêm menor predisposição e capacidade de mobilidade, o mesmo já não se pode dizer dos adultos e dos jovens, indivíduos potencialmente activos, com maiores expectativas perante a vida e disponíveis às novas aventuras.

Assim, estamos convictos que a explicação para o progressivo aumento do peso dos jovens, deve-se sobretudo à crescente tendência para o aumento da taxa de natalidade e da diminuição dos fenómenos migratórios, designadamente a emigração para o exterior.

A relação de masculinidade da população no concelho cresceu de 74,2% em 1990 para 80,4% em 2000 (INE, 2000). Os resultados mostram-nos que há tendência para um possível equilíbrio da composição da população por sexo. Essa tendência veio reforçar ainda mais a nossa hipótese de uma brusca diminuição do fluxo migratório para o exterior no concelho, uma vez que por tradição no concelho e em Cabo Verde em geral, os indivíduos do sexo masculino são os que mais emigram, daí essa diminuição veio contribuir para o aumento dos indivíduos do sexo masculino na composição da população do concelho.

Quanto às relações de masculinidade nos grandes grupos de idade, o quadro n.º 2 mostra que há uma nítida diferença, situando-se em média em 94,4% para os jovens, 56,9% para os adultos e 69,9% para os idosos.

Quadro n.º 2 - Relação de masculinidade (%), por grupos funcionais, Índices de longividade, envelhecimento, segundo o ano censitário					
Ano	Relação de masculinidade			Índice	
	0 - 19	20 - 59	60 e +	Longividade	Envelhecimento
1990	926	51,8	67,3	48,2	12,7
2000	95,4	62	64,4	35,6	13,7
Média	94	56,9	69,9	41,9	13,2

Fonte: INE - CV, Censos 1990 e 2000

O grupo dos adultos é aquele que maior desequilíbrio estrutural apresenta nas relações de masculinidade, representando os valores mais baixos registados entre os diferentes grupos funcionais, como demonstra o quadro n.º 2. Nota-se um significativo aumento das relações de

masculinidade nos grupos etários dos jovens e adultos, mas no grupo dos idosos, verifica-se uma diminuição durante o período censitário.

As pirâmides de idades (ver Fig.6 e 7) que se seguem reflecte-nos a história demográfica do concelho e com as suas análises ajudam-nos a levantar algumas hipóteses explicativas de ordem social e económica. Elas evidenciam-nos ainda, os grandes desequilíbrios estruturais da população do Tarrfal e permitem conhecer o grau de juventude ou envelhecimento.

Fig. 6

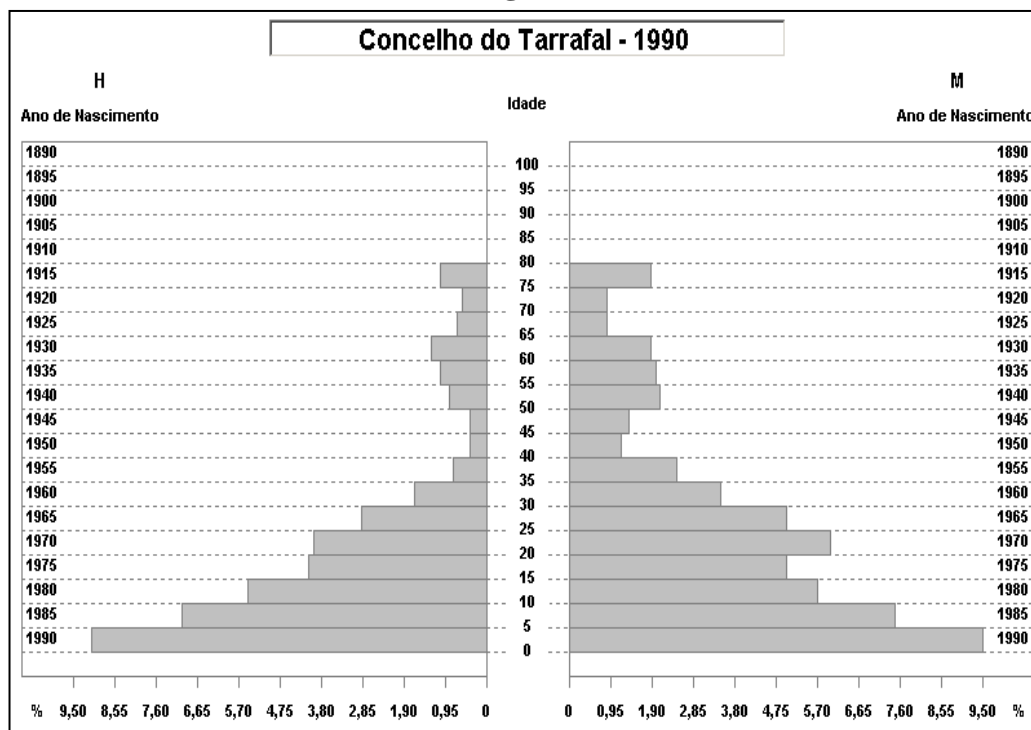
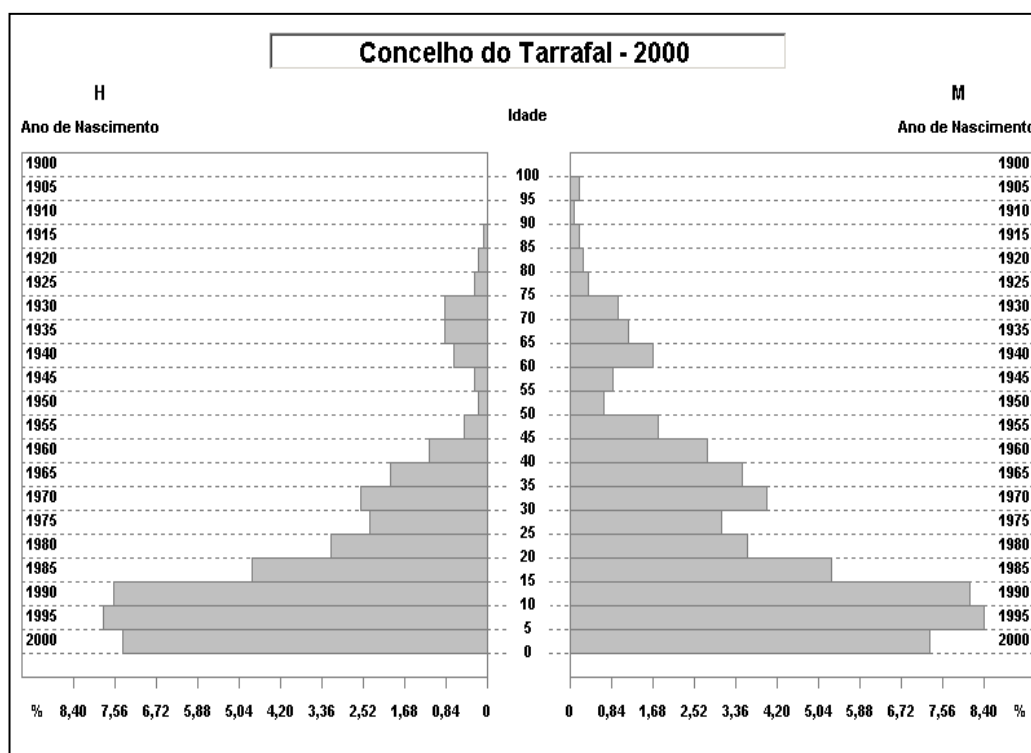


Fig. 7



As pirâmides das figs. 6 e 7, apresentam-se em forma do acento circunflexo, tipo expansiva cuja base é muito larga, e vai-se estreitando à medida que se aproxima do topo, devido a uma forte natalidade, que se traduz numa grande porção de jovens. São típicas dos países em desenvolvimento.

Podemos considerar, a faixa dos jovens prioritária em termos de atenção por parte das autoridades responsáveis, nomeadamente com a criação de infra-estruturas a nível da educação, saúde, emprego, mais postos de trabalho, etc.

Comparando a pirâmide etária de 2000, com a de 1990, constata-se que há um ligeiro retraimento da base da pirâmide, em resultado da redução da natalidade, enquanto que na pirâmide de 1990, a base é muito alargada, registando diminuição de efectivos a partir do grupo etário seguinte (5-9 anos). Em 2000 nota-se um aumento a partir dos 5-9 anos, e uma progressiva diminuição de efectivos a partir do grupo etário de 10-14 anos, afunilando até ao grupo etário dos 50-54 anos. A partir daí, verifica-se um aumento de efectivos, no grupo seguinte (60-64 anos) e uma diminuição progressiva, até às idades mais avançadas da estrutura.

É de salientar a existência de classe oca, tanto na pirâmide de 1990, como na de 2000, isto é, classe com menor proporção de efectivos em relação à classe que se segue, correspondente precisamente aos efectivos nascidos entre 1940 e 1950. A existência dessa classe, tanto na pirâmide de 1990 como na de 2000, pode ser explicado pelas fomes que ocorreram no arquipélago nos períodos 1941-1943 e 1946-1948, provocando assim elevadas mortalidade, e também um grande fluxo migratório, que resultou na diminuição da natalidade e por conseguinte no decréscimo da população.

A esperança média de vida à nascença, em Cabo Verde tem vindo a aumentar, de 66 anos para os homens e 71 para as mulheres, em 1990, passou à 67 anos para os homens e 75 anos para as mulheres, em 2000. Contudo, nota-se que no Tarrafal, uma porção bastante reduzida consegue ultrapassar esses anos e atingir idades iguais ou superiores aos 75 anos, durante o período intercensitário, 352 em 1990 e 404 em 2000 (ver os quadros 4 e 5 em anexo).

2.3 - Dinâmica/Evolução da população

A evolução demográfica é um fenómeno que depende de um conjunto de factores, que varia no tempo e no espaço.

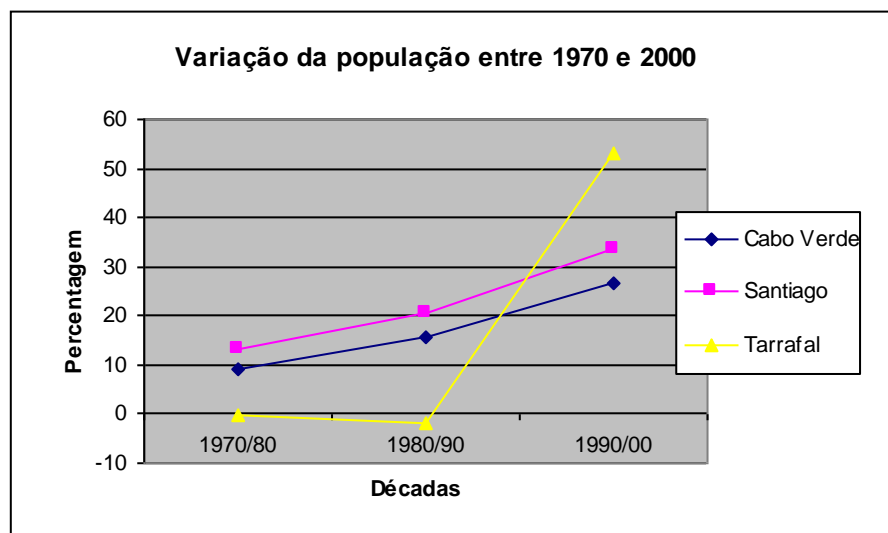
Para uma melhor compreensão da presente dinâmica da população no concelho, decidimos recuar um pouco no tempo, com intenção de conhecer em dimensão e profundidade, os ritmos, a intensidade, as rupturas, os declínios e o crescimento desta população e, assim compreender melhor o presente.

Em Cabo Verde, o fenómeno demográfico está directamente relacionada com as características geográficas do território, a política que favoreceu a formação de três pólos atractivos, as condições socio-económicas e a intensidade do processo de desertificação.

Antes da década de 1950 assistiu-se períodos de oscilações da taxas de crescimento da população e até períodos de decréscimo da população, em termos reais (ver os quadros 1 e 2 em anexo), devido as grandes crises, fomes e as epidemias, mas a partir daí registou-se no país e na ilha de Santiago, sempre um crescimento contínuo da população.

Nas três últimas décadas verificou-se, no concelho do Tarrafal uma dinâmica populacional muito diferente da verificada a nível da ilha e do país, como nos mostra a fig.8 que se segue.

Fig. 8



Da observação da fig.8 podemos afirmar que nas últimas três décadas assiste-se no concelho do Tarrafal uma dinâmica populacional inédita, a nível do concelho, da ilha e do próprio país. Nas décadas de 1970 e 1980 houve uma diminuição da população em termos reais, com taxas de crescimento demográfico de $-0,04\%$ e $-0,2\%$ respectivamente. De acordo com Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal – Caracterização e Diagnostico.1ª Fase, na década de 1970 este decréscimo populacional foi devido aos efeitos da emigração, enquanto que na década que se segue foram os principais centros urbanos do país que ganharam mais população e no concelho o decréscimo da população no conjunto das zonas rurais foi responsável pela ligeira perda da população, uma vez que no tecido urbano verificou-se um acréscimo populacional de $26,4\%$.

Na década que se segue, nosso período de estudo, houve um forte crescimento populacional. De um crescimento relativo negativo de $-1,9\%$ no período de 1980/90, aumenta para $52,95\%$ entre 1990 e 2000, correspondendo a uma taxa de crescimento médio anual nesta última década de $4,3\%$. Os dados demonstram uma tendência de um crescimento rápido da população durante esse período.

O quadro n.º 3⁷ dá uma noção mais exacta dos acontecimentos. A taxa de crescimento natural mantém elevada, em média $32,2\%$, muito acima da média nacional ($25,1\%$), apesar da oscilação ao longo do decénio, mas essa taxa é maior nos primeiros três anos com uma tendência de diminuição no final do decénio.

Apesar do elevado número de óbitos verificado no ano de 1995, devido ao surto de cólera que atingiu o país e o concelho que fez também algumas vítimas, a taxa de crescimento neste ano, está acima da média durante o decénio, devido ao elevado número de nascimentos verificado.

⁷ Os dados da população absoluta (1991 a 1999) para o cálculo da Taxa de Crescimento natural; Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade do actual concelho do Tarrafal freguesia de Santo Amaro Abade, foram obtidos da seguinte forma:

De 1991, 92, 93 e 94 a partir da projecção demográfica fornecida pelo GEP/ Ministério de Saúde, tirando o peso do concelho em 1990 (0,457);

De 1995 a partir da média de 1990 e 2000 (0,5), mas tendo em conta a projecção Mady Biaye – Cap Vert. Evolution 1990 – 2020;

De 1996 a 1999 foram obtidos a partir do peso dos concelhos São Miguel e Tarrafal em 2000 (0,54) tendo em conta a projecção de Ministério de saúde – GEP, dado que em 2000 verificou um crescimento maior no actual concelho do Tarrafal do que no actual Concelho de São Miguel.

Ainda da observação do quadro n.º 3, verifica-se a partir do ano 1996, uma diminuição do crescimento natural, dando assim indício para uma clara tendência de diminuição da população, apesar da contínua diminuição do fluxo migratório, assunto que abordaremos mais adiante.

Quadro n.º 3 - Evolução de alguns indicadores demográficos no concelho do Tarrafal 1990 - 2000				
Anos	Nascimentos	Óbitos*	C. Natural	Taxa C. N.
1990	687*	134	553	45,5
1991	695*	113	582	45,3
1992	626*	170	456	38,2
1993	470*	155	315	31,8
1994	545*	179	366	30,7
1995	666*	241	425	36
1996	758*	118	640	33,7
1997	543	153	330	32,4
1998	543	161	382	25,1
1999	454	134	320	13,9
2000	547	130	317	22,3

*Fonte: INE - CV, Estatísticas vitais; * Delegação dos Registos Notariado e Identificação Civil do Tarral; GEP/ Ministério de Saúde*

2.3.1 - Crescimento natural

O crescimento natural⁸ depende dos fenómenos demográficos, nomeadamente a natalidade e a mortalidade que se encontram condicionados por factores socio-económicos, culturais, políticos, religiosos, etc.

Este fenómeno pode contribuir para o aumento ou diminuição da população, conjugado com o saldo migratório⁹. Nos países desenvolvidos da Europa tem se verificado uma tendência de diminuição do crescimento natural da população devido as baixas taxas de natalidade que se

⁸ Diferença entre o nº de nascimentos e óbitos ocorridos durante um determinado período, geralmente um ano.

⁹ Diferença entre o número de entradas (imigração) e o número de saídas (emigração) na população de um determinado lugar, durante um certo período.

tem verificado, mas esses países são tradicionalmente países de emigração, por isso o saldo migratório é sempre positivo, compensando assim, a tendência de diminuição do crescimento natural. Por outro lado temos fenómeno demográfico inverso nos países em desenvolvimento, isto é, países onde o crescimento natural é sempre elevado, devido às altas taxas de natalidade, e o saldo migratório é sempre negativo, porque a emigração é superior a imigração, dada a situações socio-económicas, políticos, religiosos, étnicos, culturais, etc., vividas nesses países.

Cabo Verde em geral e Tarrafal em particular, se encontra enquadrado no segundo grupo, o crescimento natural tem sido positivo e o saldo migratório sempre negativo.

3.3.1.1 - Natalidade/ fecundidade

Neste ponto analisamos o comportamento da natalidade/ fecundidade, bem como os determinantes mais próximos evidenciados no nosso domínio de estudo.

A natalidade e a fecundidade são dois indicadores demográficos muitas vezes entendido como sinónimos, quando na verdade não são, o que não exclui a existência de uma estreita correlação entre eles. A natalidade é o número de nascimentos ocorridos numa determinada população num determinado intervalo de tempo, enquanto que a fecundidade refere-se aos nascimentos no seio de uma subpopulação, a das mulheres em idade de procriação (15 – 49 anos).

É evidente que, numa população com elevado nível de fecundidade (população jovem) a tendência é para uma elevada taxa de natalidade, mas existem outros factores que condicionam a natalidade como o nível de conforto e o de instrução

2.3.1.2 - Natalidade

O quadro n.º 4 demonstra uma taxa de natalidade bruta elevada em 1990 e a partir daí uma clara tendência de diminuição, atingindo 29,1‰ em 2000. De início para o final do decénio a taxa reduziu consideravelmente, na ordem 28,3‰ (1990 – 2000). A média indica uma taxa bruta de natalidade muito alta (45,3‰) e muito superior a média nacional, 33,2‰ (INE – CV).

Quadro n.º 4 - Taxa bruta de natalidade (‰)			
Ano	1990	1995	2000
Taxa	57,4	49,5	29,1
<i>Fonte: Delegação dos Registos Notariado e Identificação Civil do Tarrafal; GEP/Ministério de Saúde</i>			

Apesar das elevadas taxas bruta de natalidade, verifica-se uma clara tendência de diminuição, devido, eventualmente ao uso crescente de métodos contraceptivos, conforme mostra o quadro n.º 17, uma maior expectativa perante a vida e dos níveis do conforto, entrada da mulher no mundo laboral e elevação do nível de instrução dos tarrafalenses.

2.3.1.3 Fecundidade

A fecundidade é caracterizada pelo número médio de crianças que uma mulher pode ter ao longo da sua vida. Este fenómeno demográfico depende de vários factores, tais como: políticos, culturais, religiosos, estrutura da população, níveis de instrução, das condições socio-económicas, etc.

O conhecimento do nível de fecundidade e da sua tendência é de extrema importância para o estudo da população uma vez que permite planejar fenómenos sociais e económicos e tomar medidas no sentido de reduzi-lo ou incentivá-la. (Fortes, 2000)

No concelho do Tarrafal (Tarrafal e São Miguel) o número de mulheres em idade de procriar tem vindo a aumentar, passando de 6287 em 1991 para 7626 em 1999, representando um aumento de 1339 mulheres, durante esse período com reflexos no aumento da fecundidade, implicando deste modo um aumento da natalidade.

Segundo dados do INE, a fecundidade em Cabo Verde tem demonstrado uma diminuição, passando de 7,5 filhos por mulher em 1970 para 6,3 e 5,6 em 1980 e 1990, respectivamente, registando uma média de 4,0 filhos por mulher no período compreendido entre 1995-1998 e perspectiva-se que nos anos 2010 e 2020 serão de 3,40 e 3,00 respectivamente.

O concelho do Tarrafal (Santo Amaro Abade), em 2000, faz parte do grupo dos concelhos com maior Índice sintético de fecundidade com 4,40 filhos por mulher, juntamente com Santa Cruz (5,06 filhos por mulher) e Santa Catarina (4,65 filhos por mulher). É de referir que estes concelhos são a par dos outros, os que o analfabetismo atinge níveis mais elevados (Censo 2000).

Em Cabo Verde o nível de instrução tem sido um dos factores que tem influenciado muito a fecundidade. Os dados disponíveis em 2000 demonstram que o índice sintético de fecundidade é maior naqueles sem nível/pré-escolar e com EBI com taxas de 4,98 e 4,54 respectivamente, superior a média nacional (3,98), sendo aqueles com níveis de instrução superiores é cada vez menor o índice sintético de fecundidade.

Segundo o Censo 2000 a fecundidade é maior quanto menor é o nível de conforto. Sendo Tarrafal (Santo Amaro Abade) um concelho onde predomina nível de conforto muito baixo (62,5%) e nível baixo (16,3%), se enquadra no grupo, onde é maior o Índice Sintético de Fecundidade como já se tinha referido anteriormente.

O quadro n.º 5 mostra-nos a incidência da taxa específica de fecundidade nos anos de 1991, 1992, 1994 e 1995 nos diferentes grupos etários no concelho do Tarrafal (Tarrafal e São Miguel).

Quadro n.º 5* - Taxa específica de fecundidade, segundo o grupo etário e ano (‰)					
Ano	Grupo etário				Total (‰)
	-25	25 - 34	35 - 44	45 - 49	
1991	217,3	252,2	84,4	2,6	564,8
1992	65,9	75,4	22,5	1,2	167,7
1994	67,4	73,5	29,1	0,9	173,5
1995	65,7	67,7	26,1	0,8	163

Fonte: INE, Estatísticas vitais, GEP/ Ministério de Saúde

* Dados referentes ao ex-concelho do Tarrafal (inclui-se o actual concelho do Tarrafal e actual concelho de São Miguel)

Da observação do quadro n.º 5 verifica-se uma maior incidência da fecundidade nos grupos de 25 a 34 anos, seguido do grupo dos menos de 25 anos, sendo o outro grupo, 45 a 49 com uma menor percentagem dos nascimentos, como seria de esperar, já que trata-se de mulheres que caminham a passos largos para a menopausa.

É de referir que no ano de 1995 houve um aumento considerável dos nascimentos nas idades inferiores a 25 anos (ver quadro 7 em anexo).

No concelho verifica-se também um aumento significativo dos nascimentos na população em idade fértil de menos de 19 anos ao longo dos anos, passando de 11,7% em 1992, a 15,7% em 1993, 15,8% em 1994 para 17,9% em 1995 (ver quadro 7 em anexo).

O concelho do Tarrafal enquanto um dos mais pobres do arquipélago de Cabo Verde apresenta níveis baixos de instrução, baixa prevalência dos métodos anticoncepcionais e dos mais baixos níveis do conforto que são factores que mais influenciam a fecundidade em Cabo Verde. Por isso há necessidade de uma atenção especial por parte das autoridades competentes no sentido de controlar a fecundidade, cujas consequências podem agravar ainda mais a situação do concelho.

2.3.1.4 – Mortalidade

A mortalidade é um fenómeno demográfico condicionado por factores intrínsecos e extrínsecos ao indivíduo, dependendo das suas características físicas e biológicas e do meio envolvente. Como sabemos, a mortalidade é um fenómeno diferencial em razão do sexo, visto que na prática, geralmente a incidência da mortalidade é maior nos indivíduos do sexo masculino.

Em Cabo Verde, a taxa de mortalidade tem vindo a diminuir, e no caso particular de Tarrafal, apesar de a sua taxa em 2000 (6,8‰) estar superior a média nacional (5,65‰), verifica-se uma diminuição da mortalidade geral. No concelho essa taxa atingiu uma média, durante o decénio, de 10,7‰, correspondendo assim a uma taxa de mortalidade média. Entretanto é de referir que no ano 1995 o aumento da taxa de mortalidade deveu-se à epidemia da cólera que atingiu o país em geral e Tarrafal em particular, fazendo alguns mortos.

Quadro n.º 6 - Taxa bruta de mortalidade geral (‰)			
Ano	1990	1995	2000
Taxa	11,9	13,5	6,8

Fonte: Delegação dos Registos Notariado e Identificação Civil do Tarrafal; GEP/ Ministério de Saúde

Da observação do quadro n.º 6, pode-se verificar uma clara tendência de diminuição da taxa bruta de mortalidade, apresentando uma variação de – 5,1‰ de 1990 para 2000, ou seja, passou de 11,9‰ em 1990 para 6,8‰ no ano 2000. As causas dessa tendência decrescente da mortalidade geral deverão ser procuradas, na melhoria das condições gerais de saúde, mudança dos hábitos alimentares, aumento do nível de instrução e da informação, etc., com reflexos na diminuição de mortalidade Infanto-juvenil, Perinatal e Pós-neonatal, conforme mostra o quadro n.º 7 que se segue.

Quadro n.º 7 - Evolução de alguns indicadores de mortalidade no concelho de Tarrafal (%)									
Taxa/ ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mortalidade perinatal	40,5	43,8	49	48,1	39,4	30	38,8	24,5	16,2
Mortalidade infantil	66,7	56,3	58,8	65,9	33,2	30	49,9	32	21,9
M. neonatal precoce	18,9	17	20,5	24	17,9	15,4	14,8	8,5	7,6
M. neonatal tardia	10	6,3	8,9	11,6	0,9	3,6	8,3	2,8	1,9
M. pós-neonatal	37,8	33	29,4	30,3	14,3	30	26,8	20,7	12,4
M. juvenil	3	4	2	4,7	2,7	6,4	2,7	4
M. infanto-juvenil	76,5	69,6	65,9	82,8	43	53,5	60	47
Fonte: GEP/Ministério de Saúde									

* Dados referentes ao ex-concelho do Tarrafal (inclui-se o actual concelho do Tarrafal e actual concelho de São Miguel) com excepção ao ano 2000.

2.3.1.4.1 - Mortalidade Infantil ¹⁰

A mortalidade infantil refere-se aos óbitos ocorridos nas crianças menores de 1 ano, com relação ao número de nados vivos ocorridos durante um ano. A sua intensidade está intimamente relacionada com as condições gerais disponíveis, nível de conhecimento da população, assistência durante e depois do período da gravidez, condições socio-económicas, hábitos alimentares, nível de educação dos pais, etc.

No concelho do Tarrafal ao longo do nosso período de estudo verificou-se uma diminuição considerável da mortalidade infantil, variando de 66,7% em 1990 para 21,9% em 2000, conforme pode ser observado no quadro n.º 7. De acordo com o mesmo quadro, constata-se que a taxa de mortalidade infantil no ano 2000 reduziu consideravelmente, ficando assim muito abaixo da média nacional (33,4%). A redução dessa taxa traduz num dos maiores sucessos conseguidos pelo concelho em matéria da saúde, graças as campanhas que têm sido feitas, com destaque para as de vacinação, durante esse período.

O quadro n.º 8 que se segue mostra-nos as principais causas de mortalidade infantil, no concelho, com destaque para as doenças infecciosas e parasitárias, afecções perinatais e afecções respiratórias como as que causam maior mortalidade infantil.

¹⁰ Dado a ausência de séries estatísticas específicos sobre o actual concelho de Tarrafal (Freguesia de Santo Amaro Abade) recorreremos a análise conjunta desse indicador, com forme já se tinha anunciado na parte introdutória.

Quadro n.º 8 - Mortalidade infantil por causa e ano (‰)					
Ano/ causa	Afecções perinatais	Doenças infecciosas e parasitárias	Afecção respiratória	Anomalias congénitas	Doenças metabólicas endocrinais e metriconais
1992	8,1	18,9	5,4	2,7
1993	9,8	13,4	7,1	0	2,7
1994	16	9,8	7,1	0	2,7
1995	18,7	15,1	4,5	1,8	3,6
1996	12,5	3,6	3,6	0	0,9
1997	6,4	12,7	7,3	0	2,7
1998	12,9	7,4	3,7	0	11,1
1999	10,3	4,7	6,6	0	3,8
2000	4,8	3,8	5,7	0	1

Fonte: GEP/ Ministério de Saúde

As anomalias congénitas, e doenças metabólicas endocrinais e metriconais, constituem as que registam menor mortalidade, enquanto que as infecciosas e parasitárias, seguida de afecções perinatais, constituíram aquelas que mais mortalidades causaram.

Em geral, verifica-se uma tendência de diminuição dessas principais doenças que mais provocaram a mortalidade, e em particular uma brusca diminuição daquelas que mais provocaram a mortalidade infantil, a taxa das doenças infecciosas e parasitárias variou de 18,9%, em 1992, para 4,8%, em 2000. Essa tendência deve-se, nomeadamente às melhorias conseguidas no domínio de saúde com reflexos no crescimento natural da população.

2.2.1.4.1 - Mortalidade por causa da morte ¹¹

O estudo das causas da morte permite estabelecer relações entre as condições socio-económicas e sanitárias com o meio envolvente, propiciadoras de ocorrência de óbitos.

O quadro n.º 9 mostra-nos as principais causas da morte no concelho durante o decénio.

¹¹ Idem

Quadro n.º 9 - Principais taxas de mortalidade geral por causa e ano (%o)									
Causa/ ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Doença infecciosa e parasitária	108	99,8	76,1	230,4	33,7	85,6	77,6	40,3	54,7
Doenças cerebrovasculares	61,9	69,1	49,5	30,2	41,2	59,5	48	102,7	81,9
Doenças do aparelho circulatório	58	15,3	41,9	45,3	26,2	44,6	18,5	77	138,4
Doenças do aparelho respiratório	50,3	57,6	53,3	41,6	52,5	67	51,7	102,7	76,5
Traumatismo e envenenamento	69,9	65,2	49,5	60,4	26,2	48,4	51,7	40,3	58,3
Tumores malignos	34,8	19,2	45,7	41,6	22,5	40,9	44,3	36,7	36,4
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	19,3	23	11,4	30,2	3,7	29,8	70,2	33	14,6
Doenças do aparelho digestivo	7,7	23	15,2	18,9	7,5	29,8	33,2	47,7	14,6
Doenças do aparelho nervoso central	15,5	19,2	19	3,8	7,5	7,4	11,1	25,7	3,6
<i>Fonte: GEP/ Ministério de Saúde</i>									

Da análise do quadro n.º 9, constata-se que as doenças que mais mortes causam são: as infeções e parasitária, doenças do aparelho circulatório, cerebrovasculares, afecções respiratórias e traumatismo e envenenamento, mas dentro desse grupo sobressaem, as infecciosas e parasitárias, como aquelas que mais causam a morte no concelho. As doenças do aparelho nervoso central, aparelho digestivo, metabólicas endócrinas e nutricionais, constituíram aquelas que menos mortalidades causam.

É de salientar que, apesar de algumas oscilações e ligeiros aumentos da taxa dessas principais causas de mortalidade no concelho do Tarrafal, verifica-se de uma forma geral uma tendência de diminuição, com particular destaque para as infecciosas e parasitária, que passou de 108,3%o em 1992 para 54,7%o em 2000 e as do sistema nervoso central, passou de 15,5%o em 1990 para 3,5%o em 2000.

O conhecimento dessas causas permite a adopção por parte das autoridades competentes, de medidas preventivas, visando conter a mortalidade causada por uma ou outra doença.

A mortalidade é um fenómeno demográfico com incidência diferencial. Ela se encontra sujeita a grandes variações conjunturais, sendo muito influenciada por diversos factores físicos e biológicos (sexo e idade), económicos e socio-culturais, como sejam os condicionamentos alimentares e do vestuário, da habilidade, da falta de informação e de conhecimentos sobre a prevenção de doenças, práticas e hábitos culturais e a ausência de assistência médica.

2.4 - Migrações

As migrações constituem um dos fenómenos demográficos que contribuem para o aumento ou diminuição de uma população (variação da população) e se encontram dependentes de um conjunto de factores de ordem política, social, económica, cultural e até psicológicas.

Em Cabo Verde quando se faz referência a esse fenómeno ressalta-se a ideia de emigração. Pode-se afirmar que este é um fenómeno dependente exclusivamente das condições socio-económicas das pessoas e remonta a existência do homem cabo-verdiano.

No concelho do Tarrafal esse fenómeno não tem sido excepção ao que acontece ao resto do país.

2.4.1 - Migrações internas

Em Cabo verde, a migração interna não é diferente daquele que se verifica no resto do mundo, sobretudo a nível dos países em desenvolvimento. Devido a política adoptada pelo estado desenvolveu-se três centros atractivos, Cidade da Praia na ilha de Santiago, Cidade do Mindelo em São Vicente e Vila de Espargos na ilha do Sal, sendo no primeiro o estatuto da Cidade Capital permitiu a acumulação de importantes funções que oferecem emprego, o segundo pela existência do histórico Porto Grande e o terceiro a existência do Aeroporto Internacional. Esse modelo de desenvolvimento provocou um fenómeno demográfico muito antigo que iniciou com a Revolução Industrial, designado de êxodo rural, sendo assim, em 2000, o conjunto formado por esses centros dispõe de 38,7% da população total do arquipélago, sendo a ilha de Santiago com mais de metade da população do mesmo (54,3%).

As migrações internas se encontram relacionadas com a falta de oportunidades e emprego das populações levando a pobreza, daí as pessoas procuram melhores condições de vida noutras paragens, o que muitas vezes não passa de uma mera ilusão, dado que muitos casos a situação piora.

O concelho do Tarrafal está longe de ser um centro atractivo, geradora de emprego, visto que estudos realizados demonstram que é dos concelhos mais pobres do país, por isso o saldo migratório é sempre negativo (- 811 em 2000), ou seja, tem-se verificado uma maior saída de pessoas para outros concelhos do país, do que entradas. O quadro n.º 10 demonstra um fraco fluxo migratório para o concelho.

Quadro n.º 10 - População residente em Tarrafal, segundo o lugar de residência anterior em 2000	
S. Antão	22
S. Vicente	89
S. Nicolau	8
Sal	15
Boa Vista
Maio	10
Outros concelhos de Santiago	447
Fogo	27
Brava	4
Estrangeiro	336
Total	958
<i>Fonte: INE - CV, Censo 2000</i>	

O quadro n.º 10 mostra que o concelho no final do decénio tem cerca de 622 imigrantes de outros concelho do país sendo 447 imigrantes de outros concelhos da ilha de Santiago.

Em conclusão pode-se afirmar que a imigração é muito fraca no concelho devido as suas condições pouco atractivas, aliada à fraca oportunidade de emprego relativamente ao resto do país e à pobreza. O mesmo não se pode dizer do outro fenómeno, a emigração. Apesar da carência de dados, documentos apontam por uma redução drástica devido às restrições impostas pelos países de acolhimento (Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal - Caracterização e Diagnostico. 1ª fase).

2.4.2 - Migrações internacionais

As migrações internacionais tem sido um dos fenómenos que acompanhou o povo cabo-verdiano ao longo da sua história e tem contribuído para o desenvolvimento do país e do

concelho do Tarrafal em particular. Esse fenómeno que se encontra ligado ao povoamento do arquipélago e às condições socio-económicas do país consiste na saída das pessoas à procura de melhores condições de vida e do trabalho no exterior.

Segundo o censo 2000 mais de metade dos cabo-verdianos residem fora do país. Esses emigrantes contribuem para o desenvolvimento do país com a entrada de divisas através das remessas que enviam aos familiares, construção de habitação e até investimentos em pequenos comércios, aquisição de propriedades para o cultivo e outros fins, etc.

Por outro lado essa emigração tem contribuído para a redução da fecundidade e consequentemente para a diminuição da população no concelho, uma vez que, aqueles que mais imigram são os jovens e os adultos, aqueles que estão em condições de trabalhar, mas também em idade de procriar.

A ausência de dados estatísticos não nos permite abordar de uma forma mais clara e objectiva esse aspecto. É de salientar que o destino preferencial dos tarrafalenses parece ser o continente europeu, e em menor número, o americano e africano. Para o continente asiático, o número de emigrantes é reduzido. Relativamente ao continente europeu, Portugal, França e Holanda, são os países preferidos.

A emigração abrange os dois sexos e praticamente todas as idades. Os chefes de famílias e indivíduos do sexo masculino são os mais atingidos e as idades mais adultas, sobretudo entre os 20 a 30 anos, sendo quase nula nas idades inferiores a 10 anos e superiores a 60 anos.

Quanto à entrada, o Censo 2000 regista no concelho 336 estrangeiros (ver o quadro n.º 10), sendo os africanos e os asiáticos em maior número.

Conclui-se que nos últimos tempos, a emigração tem reduzido de uma forma drástica, devido as restrições impostas pelos países de acolhimento, com fortes impactos negativos para a economia do concelho e do país em geral. Essa diminuição das saídas tem contribuído, não só para uma diminuição das remessas, como também para um aumento da população jovem e consequente aumento da fecundidade, levando a uma forte pressão sobre os recursos, e tem contribuído para um aumento do desemprego/subemprego e da pobreza no concelho. Assunto esse que abordaremos no último capítulo.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO

Quando se estuda a demografia de um lugar, região ou país, torna-se quase que um imperativo o caracterizar, social e economicamente, porque existe uma estreita ligação entre estes aspectos.

A economia de Cabo Verde está fortemente dependente das transferências externas, nomeadamente da comunidade cabo-verdiana na diáspora, e da cooperação internacional, devido aos fracos recursos existentes, levando a, baixos níveis de produtividade, uma actividade industrial deficitária, que não consegue produzir 15% daquilo que é consumido. Esse facto faz com que as pessoas vêm na emigração uma forma de melhorar as condições de vida.

Em 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, permitiu a integração de Cabo Verde no grupo de países de economia de rendimento baixo-médio. Esta classificação feita pelo Banco Mundial (BM), nos finais de 1990 foi graças a bons indicadores sociais e elevados padrões de esperança de vida e de educação.

Mais recentemente, em 2004 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conseguido permitiu a integração do país no grupo de Países de Desenvolvimento Médio (PDM), deixando assim, o grupo de países de baixo rendimento.

Não obstante, esses títulos conseguidos, o desemprego e a pobreza são dois flagelos que afligem o nosso país e o concelho do Tarrafal não foge a regra.

O concelho do Tarrafal foi abrangido pelo Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural, por ter sido verificado que é um dos concelhos com piores indicadores da qualidade de vida, num estudo levado a cabo pela autarquia local em parceria com a Comissão Regional de Parceiros (CPR).

A pobreza e o desemprego fazem com que as pessoas procurem melhores condições de vida no exterior, que ultimamente tem sido difícil, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento.

3.1 - Caracterização económica

A carência de dados estatísticos sobre o sector económico no concelho em estudo constitui o principal factor que, impede uma análise aprofundada e mais concreta deste sector, o que seria muito importante para uma melhor compreensão dos fenómenos demográficos.

A economia do concelho depende, essencialmente de actividades como: agricultura, pesca, produção/criação de animais, pequenos comércios, serviços, etc., conforme mostra o quadro n.º 25, no capítulo IV.

As actividades industriais são bastantes incipientes e podem ser consideradas actividades geradoras de rendimento e não industrias no sentido lato do termo.

Quadro n.º 11 - Estrutura da população activa, 1990 - 2000		
Ano	1990	2000
Sector	%	%
Primário	33,7	42,6
Secundário	30,5	15,4
Terciário	22,8	39,4
Actividades mal definidas	13

Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal - Caracterização e Diagnóstico. 1ª Fase; INE - CV, 2000

Da análise do quadro n.º 11, podemos constatar que o sector primário persiste desde 1990 como o sector que ocupa maior percentagem da população activa. Nota-se também um aumento de activos no sector terciário em detrimento do sector secundário. Este último é pouco desenvolvido, devido às poucas e pequenas unidades transformadoras existentes, que não conseguem empregar um grande número de mão-de-obra, nem tão pouco um contrato de trabalho a médio ou longo prazo. Sendo assim, fica condicionado o desenvolvimento do sector terciário, apesar de se ter crescido para o dobro durante o decénio. Esse crescimento deve-se, sobretudo a proliferação do pequeno comércio e comércio a retalho.

O sector primário continua no topo da hierarquia, sendo a agricultura e a pecuária, as mais importantes deste sector.

A figura 9 mostra-nos as principais actividades económicas exercidas pela população activa no concelho em 2000, por zonas.

Da análise da fig.9, pode-se notar que, a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a construção civil e administração pública, são actividades que estão melhor repartidas, no espaço pelas zonas do concelho e algumas são mesmo actividades mais afluentes no concelho, enquanto que as actividades como: financeiras, restauração, electricidade, transporte são as que se encontram apenas no tecido urbano (Vila e/ou Chão Bom) e/ou nalgumas das zonas vizinhas.

3.1.1 - O sector primário

De acordo com o quadro n.º11, depreende-se que este sector representou, em 1990, 33,7% da população activa e 42,6% em 2000, continuando a ter o maior número de activos. Ao longo do decénio este sector não sofreu praticamente evolução, sendo a maior a introdução no perímetro irrigado de Colonato – Chão Bom, do sistema de rega gota-a-gota. Actualmente mais de 80% dos agricultores desse perímetro têm instalado este sistema moderno de rega.

Este sector tem uma grande incidência em todas as zonas do concelho, mesmo no tecido urbano tem uma grande afluência de pessoas.

De entre as actividades deste sector, destacam-se: a agricultura, a silvicultura, a pecuária e a pesca.

3.1.1.1 - Agricultura/ silvicultura

Ao observar a fig.9, constata-se que a agricultura, juntamente com silvicultura e pesca são actividades, que ocupam maior número de população, cerca de 33,3% do total dos empregados do concelho em 2000, segundo o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003.

Em geral, a agricultura, é uma actividade tradicional, de baixos rendimentos, que não garante a produção de um ou outro produto, evitando com que as famílias não recorram ao

mercado para a compra desse produto para o consumo. A sua fraca produtividade deveu-se às condições climáticas, natureza dos solos e a própria prática agrícola. Contudo, há que distinguir os dois tipos de agricultura exercidos no concelho:

A agricultura de sequeiro, praticada nos três meses do período húmido;

A agricultura de regadio, praticada durante todo o ano, ocupando uma extensão de 53 hectares. O maior perímetro irrigado é o de Colonato, com 45 hectares, conforme mostra-nos o quadro n.º 12, situa-se em Chão Bom, e é o único perímetro irrigado em que os agricultores instalaram o sistema moderno de rega gota-a-gota.

Quadro n.º 12 - Perímetros irrigados do concelho do Tarrafal em 2000	
Localidades	Area (em hectares)
Colonato	45
Lagoa	2,5
Ribeira das Pratas	3
Fazenda	0,5
Porto Formoso	2
Total	53

Fonte: Delegação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas do Tarrafal

A agricultura de sequeiro é praticada em todas as localidades do concelho, sob o sistema de policultura, cujas principais culturas são milho e feijões (pedra, bongolon e congo). É uma agricultura que está associada a criação de gado, que é alimentado durante todo o ano com «palhas» resultante da prática agrícola e dos terrenos vagos, por isso que, em todas as localidades do concelho encontramos a actividade silvicultura.

A palha tem muito valor, sobretudo no período de sequeiro em que cada «feixe» é vendido a um determinado valor monetário. Ligado a essa actividade temos também as grandes campanhas de plantações (Reflorestação), levadas a cabo durante o decénio e os guardas florestais (Ordenamento florestal), que se encontram em todas as localidades do concelho para evitar a devastação das florestas por parte da comunidade, para a lenha.

Na agricultura de regadio, cultiva-se produtos como: mandioca, repolho, batata-doce, batata comum, cana-de-açúcar, pimentão, tomate, mas devido a falta de água, que por sua vez resulta da má gestão por parte dos agricultores, faz com que muitos produzam um tipo de

produto, mais frequentes a mandioca, batata (doce e comum) e cana-de-açúcar. Essa prática agrícola (monocultura) leva ao esgotamento do solo.

É de salientar que no concelho, geralmente os preços dos produtos hortícolas são mais caros no mercado do que noutros concelhos e que não há nenhum produto que é produzido no concelho que auto-sustenta, sendo assim todas as Segundas e Quintas encontram-se no mercado municipal comerciantes de outros concelhos a venderem esses produtos.

3.1.1.2 - Pecuária

A pecuária é uma actividade quase sempre associada à agricultura, ainda mais, quando essas actividades são tradicionais, elas complementam-se.

No concelho do Tarrafal, a agricultura (sequeiro e regadio) está associada a criação de gado. Nos terrenos de sequeiro, após a colecta, os terrenos (cultiváveis e vagos) são ocupados com gados e também aproveita-se as palhas para alimentar o gado até o outro período húmido. Na agricultura de regadio, o gado é criado em casa «em cural» ou nas proximidades das parcelas.

Neste domínio, o concelho do Tarrafal foi das mais importantes do país, e particularmente na criação de caprinos e suínos (Costa, 2000).

Quadro n.º 13 - Efectivo pecuário				
Espécies	Frequência de elaboração			Total
	Permanentes	Sazonal	Esporádica	
Galinhas	30804	495	23	31322
Suínos	11386	139	19	11544
Caprinos	15223	119	6	15348
Ovinos	4605	72	0	4677
Bovino	5260	21	0	5281
Total geral	67278	846	48	68172

Fonte: Plano Ambiental Municipal do Tarrafal, 2004

Segundo o Recenseamento Pecuário, Vol. II, 1994/95, citado no Plano Ambiental Municipal do Tarrafal, 2005, existia no concelho 5252 unidades de exploração pecuárias do tipo familiar, englobando um total de 68172 animais.

A avicultura constitui o tipo de actividade pecuário mais desenvolvido pelas famílias a nível do concelho.

A fraca qualidade de pastagem, a deficiente assistência técnica e veterinária, a pouca variedades locais condicionam o desenvolvimento e a produtividade do sector (Costa, 2000).

3.1.1.3 - Pesca

A pesca constitui uma actividade socio-económica de extrema importância no concelho do Tarrafal, apesar de empregar 4,4 % da população activa em 2000 (Programa Nacional de luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003). Ela é uma actividade que exige condições materiais e naturais para a sua prática, e no concelho é praticada em 5 zonas litorais do concelho (ver fig.9). Nessas localidades pratica-se pesca artesanal junto a costa utilizando «botes com linhas», «botes com redes e malheta» e barcos, cujas principais espécies capturadas são: cavala, «merna», chicharro, dobrada, garoupa, bidião, moreia, atum, etc.

O quadro n.º 14 mostra-nos o número e o tipo embarcação existente no tecido urbano. Nas outras localidades do concelho também existem embarcações de pesca, nomeadamente botes com linha, “rede e malheta”, os proprietários não fazem registos na Delegação Marítima de Capitania dos Portos de Sotavento do Tarrafal.

Quadro n.º 14 - Número de embarcações existente no concelho do Tarrafal em 2000		
Zona	Tipo de embarcação	
	Botes com linha, rede e malheta	Barco
Vila do Tarrafal	42	3*
Chão Bom	14

*Fonte: Delegação Marítima de Capitania dos Portos de Sotavento do Tarrafal * o barco de Chão Bom inclui nesses da Vila porque opera no porto da Vila devido a falta de porto de pesca*

O quadro n.º 14, mostra-nos que em 2000 existe um número reduzido de embarcações, mas segundo informações prestadas na Delegação do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas do Tarrafal, o concelho produz pescado suficiente para se auto-sustentar, a ponto de muitas vezes, «as peixeiras» deitarem as sobras do pescado nas ribeiras e «cobões», provocando cheiros desagradáveis no meio.

3.1.2 - O sector secundário

Apesar da conjuntura económica actual, que favorece o investimento privado, o concelho está pouco desenvolvido neste sector, sendo a construção civil a actividade deste sector empregadora de maior número de activos no concelho.

Este sector não tem grande afluência no concelho do Tarrafal (ver fig.9), e durante o decénio verificou-se uma diminuição percentual para metade, do número de activos, passando de 30,5% em 1990, para 15,4% em 2000, devendo este decréscimo, eventualmente, sobretudo ao crescimento do sector terciário.

3.1.2.1 - Indústria

Se formos considerar a indústria no seu sentido lato, chegaremos a conclusão que o concelho não dispõe de indústrias. Entretanto, se for no sentido restrito, como sendo actividades de transformações, geradoras de algum rendimento, podemos encontrar actividades como: a panificação, a produção de aguardente, a confecção de vestuários, a marcenaria e carpintaria, a mecânica auto, etc.

Essas actividades são pequenas explorações familiares, que emprega um número muito reduzido de pessoas, temos o exemplo das oficinas de carpintaria e marcenaria, que se encontram distribuídas um pouco por todo o concelho, com maior número no tecido urbano. Temos o caso das mais importantes a nível do concelho, a oficina de Carpintaria e Marcenaria Globo, situada em Lém Mendes – Chão Bom, que emprega em 2000, um total de 18 trabalhadores (Costa, 2000).

3.1.2.2 - Construção civil e obras públicas

A construção civil é uma actividade muito importante no concelho, porque proporciona emprego para os activos das localidades do concelho (ver fig.9), apesar desse emprego não ser com um contrato de trabalho e nem contempla seguros (protecção social).

Este é um subsector, onde se tem verificado um certo crescimento nos últimos tempos, por causa de construções de equipamentos públicos e colectivos e devido a um crescente investimento dos imigrantes na construção de habitação própria.

A construção de infra-estruturas sociais tais como: calcetamento de ruas, placa desportiva, centro comunitário e de juventude, tem criado também algum emprego para a população, muito embora, seja um emprego mal remunerado e por um período de tempo relativamente curto.

Segundo os dados do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003, das 20 zonas do concelho, 14 tem essa actividade (ver fig.9), empregando um total de 776 pessoas.

3.1.3 - Sector terciário

O sector terciário é aquele que ocupa maior percentagem da população nos centros urbanos do país, e também aquele que mais tem contribuído para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), em Cabo Verde.

O quadro n.º 10, mostra-nos que este sector em 1990 tinha pouco peso na economia do concelho, encontrava-se no último lugar, mas nos finais do decénio verificou-se um crescimento para o dobro, ultrapassando o sector secundário, e fica muito perto do primário. É um sector que se encontra bem repartida no espaço entre as localidades do concelho e a tendência é para um crescimento cada vez mais deste sector.

3.1.3.1 - Serviços

De acordo com o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel e Tarrafal, 2003, a administração pública, defesa e segurança social obrigatória, constituem serviços que ocupam maior percentagem dos activos do concelho, cerca de 16,4% do total em 2000, depois do grupo de agricultura, produção de animal, caça e silvicultura, que ocupa maior percentagem.

Encontramos ainda, actividades como, educação, que está um pouco por toda as localidades do concelho, bancos, seguros, escritórios, hospitais, restauração, polícia, que estão concentradas na Vila do Tarrafal.

3.1.3.2 - O comércio

O comércio é a actividade que mais peso tem no Produto Interno Bruto (PIB) do país, mas no concelho é uma actividade ainda pouco influente, ocupando um número reduzido de activos em 2000, e pouco contribui para a formação do PIB.

As principais actividades comerciais, desenvolvem-se na vila do Tarrafal, o que se pode provar pela existência da maior parte das unidades comerciais nessa região, desde os maiores e melhores supermercados, lojas, drogeries, mercado municipal, etc. A própria Vila que se transforma nos «dias de feira» (Segunda-feira e Quinta-feira) num autêntico mercado de géneros alimentares, bem como vestuários e outros, vendidos pelos comerciantes do concelho e de outros oriundo de outros concelhos da ilha.

3.1.3.3 - O turismo

Apesar dos actuais constrangimentos entendeu o Governo de Cabo Verde eleger o turismo como um dos eixos que pode contribuir para a viabilização da economia nacional. Esta opção foi expressamente consagrada no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997/2000 (PND), onde a intenção de se transformar Cabo verde num destino turístico de qualidade internacional é assumida como uma das grandes prioridades (Fortes, 2004).

Esta opção tem dado fruto ao país, mas no concelho este subsector em 2000, se encontra pouco desenvolvido, devido aos factores endógeno e exógeno como deficientes condições de saneamento básico, actos de vandalismo (assaltos, assédios, etc.) a que os turistas, sobretudo estrangeiros são vítimas, a falta de um aeroporto no concelho e a deficiente qualidade da rede viária que liga o concelho aos restantes concelhos, e sobretudo que liga as localidades rurais do concelho.

Em 2000 o concelho conta com cinco principais unidade hoteleiras, com um total de 93 quartos e 176 camas, como se pode observar no quadro n.º 15 que se segue.

Quadro n.º 15 - Unidades de alojamento turístico no concelho do Tarrafal em 1999				
Unidades hoteleiras	N.º de quartos	N.º de camas	Telefones	Fax/ caixa postal
Aldeia turística Baía Verde	46	91	661128	661414
Hotel Tarrafal	19	38	661785	661787
Mille Nuitte	12	12	661463	661878
Hotel Mar Azul	10	23	661289	661128
Pensão Tatá	6	12	661125	661141
Total	93	176

Fonte: Costa, 2000

Além desses cinco maiores empreendimentos, o concelho dispõe ainda de pequenas unidades que funcionam, no sistema de aluguer de quartos principalmente nos fins-de-semana. (Pensão Chave de Ouro, Pensão Jorge Sequeira, Chantre, Hotel Solmarina) e outras, que não foram recenseadas pelo Promex. É de referir que esses empreendimentos empregavam, um número muito reduzido de activos nos serviços de restaurantes e bares, variando de 1 a 7 funcionários (Costa, 2000).

3.2 - Caracterização social

3.2.1-Saúde/nutrição e saneamento básico

3.2.1.1 - Saúde

A saúde é dos sectores chaves da economia de qualquer país, visto que, o seu desenvolvimento condiciona fortemente outros sectores de actividades. Não obstante as melhorias conseguidas no domínio da saúde e outros sectores importantes que permitiu a graduação de Cabo Verde no grupo dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM), Tarrafal, carece ainda de melhorias significativas neste sector. Sendo um município de parques recursos mas com fortes potencialidades turísticas poderão apostar no desenvolvimento do turismo para o seu desenvolvimento económico, mas para que haja um desenvolvimento do turismo e do concelho é necessário investir muito mais no concelho em geral e particularmente no sector da saúde, colocando à disposição dos visitantes condições de assistência médica e medicamentosa adequadas.

Até o ano 2000, o concelho do Tarrafal dispõe de um conjunto de infra-estruturas sanitárias nomeadamente:

Um Centro de Saúde, na Vila do Tarrafal;

Oito Unidades Sanitárias de Bases funcionais, localizadas em, Chão de Junco, Chão Bom, Achada Tenda, Ribeira da Prata, Achada Moirão, Ponta Furna, Trás-os-Montes e Mato Mendes.

Além dessas infra-estruturas, existe uma clínica privada, situada na Vila do Tarrafal, que presta serviços à população.

Nas zonas rurais, onde não existe infra-estruturas de saúde, a população desloca-se ao Centro de Saúde da Vila do Tarrafal e às Unidades Sanitárias de Bases noutras localidades, para receber cuidados de Saúde primário, e os casos que requerem maiores cuidados, é inevitável a transferência imediata para Hospital Regional da Cidade de Assomada, ou Hospital Central da Cidade da Praia.

As equipas médicas, de PMI/PF, fazem visitas às zonas rurais para o controle de grávidas, crianças e ainda consultas de planeamento familiar. Essas visitas são irregulares, não evitando que um grande número de utentes se deslocasse ao Centro de Saúde na Vila.

Quanto aos recursos, o quadro n.º 16¹² mostra-nos que há uma considerável melhoria ao longo dos anos.

Quadro n.º 16* - Evolução de alguns indicadores referentes ao concelho do Tarrafal				
Ano	N.º de médicos	N.º de enfermeiros	Rácio médico/ habitante	Rácio enfermeiro/ habitantes
1990	3	4	3875,7	2906,8
1991	3	4	3930	2947,6
1992	3	4	3963	2972,2
1993	3	4	3995,7	2996,5
1994	3	5	4027,7	2416,6
1995	3	5	4412,3	2647,4
1996	3	5	4801,7	2881
1997	3	7	4837,7	2073,2
1998	3	7	4872,7	2088,3
1999	4	7	4907	2103
2000	4	9	4472,8	1976

Fonte: Delegação da Saúde de Tarrafal; GEP/ Ministério de Saúde

Da observação do quadro n.º 16, podemos constatar que ao longo do decénio houve um ligeiro aumento de números de médicos e enfermeiros. O aumento é maior no número de enfermeiro, que acompanhou o aumento da população enquanto que esse aumento foi muito reduzido no número de médicos que não acompanhou o crescimento da população, uma vez que o rácio continua a aumentar ao longo do decénio, com uma clara tendência de aumento depois desse período (GEP/ Ministério de Saúde).

É de referir, a existência no centro, de 2 paramédicos, 4 auxiliares do PMI/PF, 1 analista, 1 radiologista, 2 farmacêuticos e 1 técnico de estatística.

Segundo informações prestadas pelo técnico de estatística do centro de saúde, em 2000 a construção de uma enfermaria permite o alargamento do centro, para receber doentes crónicos. Essa enfermaria com 8 camas, eleva assim deste modo para 38 o número de camas neste centro.

¹²Os dados da população total para o cálculo do rácio foram obtidos:

De 1991 a 1994, a partir da projecção tirando o peso do concelho do Tarrafal em 1990 (0,46%);
 Em 1995, a partir da mesma projecção tirando o peso (1990 + 2000/) /2 do concelho do Tarrafal (0,5%);
 De 1996 a 1999, a partir da mesma projecção tirando o peso do concelho Tarrafal em 2000 (0,54%)
 De 1990 e 2000 a partir dos Censos.

3.2.1.2 - Situação nutricional

A situação nutricional depende da situação sócio-económica das famílias, sendo as suas causas ligadas ao poder de compra das populações, aos maus hábitos alimentares, existência de dogmas sociais, etc.

Em Cabo verde, a malnutrição, sobretudo crónica, constitui um importante problema de saúde infantil. Segundo o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, existia em 1995, no concelho cerca de 800 crianças mal nutridas que beneficiavam de apoio alimentar.

O actual delegado de saúde do concelho, afirma que existe grande número de crianças com malnutrição proteico-calórico grave, mas que a existência de preconceitos sociais, fazem com que muitas pessoas não recorram aos serviços de saúde, e só quando o estado é grave, procuram esses serviços. Essa situação faz com que os dados estatísticos não espelham a realidade.

Não é de se estranhar o facto acima referido, uma vez que, o concelho é considerado dos mais pobres do arquipélago com cerca de 47% da sua população a viver no meio rural, com baixo rendimento, baixo poder de compra, e com hábitos alimentares pouco diversificados, preocupando-se com «um pão de cada dia».

3.2.1.3 - Saneamento básico

O saneamento é um aspecto muito importante que deve ser tido em conta sempre, que se está a caracterizar socialmente um lugar, região ou país.

Trata-se de eliminação de condições tendentes ao desenvolvimento de doenças epidémicas no seio dos seus habitantes, ou pelo menos de ambientes doentios, tanto dentro de casas como nos lugares públicos.

O concelho do Tarrafal até então não dispõe de rede pública de esgotos em funcionamento, sendo assim, a população recorre a construção de fossa séptica, caso daqueles que dispõem de casa de banho.

O quadro n.º 22 demonstra que em 1990, somente 9,6% da população do concelho dispunha de casas de banho com retrete, sendo 86,1% não possuíam casa de banho nem retrete. Isso significa que as pessoas recorriam a formas inadequadas, pouco higiénicas para a satisfação das suas necessidades fisiológicas. Não tendo casa de banho, quase sempre, implica não ter cozinha para evacuar as águas residuais, sendo assim as pessoas deitam as águas residuais ao redor das casas, independentemente dos seus conteúdos.

Essa situação deve-se sobretudo à pobreza que existe no meio rural, onde a população tem um baixo nível de escolaridade, dedicando-se a actividades primárias e mal conseguem obter uma casa com as mínimas condições de habitabilidade.

Em 2000, a situação melhorou com um aumento para 26,8% de famílias com casa de banho e retrete contra as 66,6% das famílias, que não dispõem desse bem. Essa melhoria das condições habitacionais deveu-se em parte a ajudas concedidas no âmbito do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel e Terrafal, 2003, pela Comissão Regional de Parceiros (CRP) em parceria com a Câmara Municipal do Terrafal, no domínio da habitação social, permitindo a aquisição de muita habitação própria.

3.2.1.3.1- Sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos (lixo)

O concelho dispõe de um sistema de recolha de lixo, bem como de um serviço de limpeza, no tecido urbano.

Segundo informações prestadas pelo actual Vereador da Câmara Municipal do Terrafal pela área do Urbanismo, nas outras localidades os resíduos são depositados nas imediações das habitações (encostas e ribeiras), constituindo para além de riscos à saúde pública, uma autêntica poluição visual. Nessas localidades a Câmara Municipal tem apoiado com materiais, as campanhas de limpeza, de iniciativa das associações ou de outros grupos nas comunidades.

Na área de recolha diária, não existe grandes problemas com o lixo, em termos de qualidade nem de quantidade, que põem em causa a saúde pública, sendo os mais frequentes são

as embalagens de óleos e de outros produtos, cujos principais produtores são os postos de abastecimento de combustível e oficinas de carpintaria e marcenaria.

Para a recolha desses resíduos a Câmara Municipal dispõe cerca de trinta varredeiras de ruas, uma viatura apropriada para a recolha que se faz duas vezes por dia, um «bulldozer» e alguns funcionários.

O lixo é transportado para a zona de Trás-os-Montes, aproximadamente 5 km da Vila, é separado, uma parte é queimada a céu aberto (incineração simples) e outra parte é triturada em miúdo pela «Bulldozer», para melhor gestão do aterro e para acelerar a decomposição. Existem seis aterros, em regime de rotatividade.

Todo esse processo de tratamento do lixo na zona de Trás-os-Montes é acompanhado por um funcionário da Câmara Municipal que permanece no local para o serviço.

O grande constrangimento no sistema, prende-se com a avaria da única viatura apropriada para a recolha do lixo, e outros tem a ver com a consciencialização das pessoas sobre os males do lixo, levando-as a utilizarem adequadamente os contentores, em vez de os ignorar ou apanha-los para outros fins.

3.2.1.3.2 - Sistema de abastecimento de água

A água é um recurso altamente precioso, na medida que é um recurso indispensável à vida. Sabe-se que devido a localização geográfica do país, enfrentamos problemas de escassez deste recurso e dado a pobreza torna-se difícil o fornecimento deste líquido a muitas localidades do país.

O concelho do Tarrafal como parte integrante de Cabo Verde não foge regra desses problemas, por isso a população recorre a todos os meios para a obtenção deste precioso líquido.

Dentre essas formas, em 1990, o chafariz, seguido de nascentes, levada, cisterna, eram as principais formas de abastecimento de água. Já em 2000, o chafariz continua a ser a principal forma de abastecimento de água, mas verifica-se um aumento de água canalizada e uma drástica diminuição do uso da levada e de nascentes. Mantém ainda o uso de cisterna e auto-tanque como formas de abastecimento.

Em 2000 encontramos rede domiciliária de abastecimento de água apenas na Vila do Tarrafal, Chão Bom, Ribeira da Prata e Biscainhos, demonstrando uma fraca cobertura de rede no concelho.

A produção e distribuição de água canalizada às populações, está a cargo dos Serviços Autónomos de Água, sob a dependência da Câmara Municipal do Tarrafal.

Nas zonas altas a população recorre fundamentalmente a cisternas para aproveitar a água das chuvas para o uso doméstico.

3.2.1.4 - Preferência reprodutiva/saúde reprodutiva e planeamento familiar ¹³

A família é a célula básica da sociedade e tem um papel importante na educação/instrução, o que influi no comportamento demográfico.

O uso de métodos contraceptivos é um dos factores da redução do nível de fecundidade, e uma das variáveis para a avaliação do programa de planeamento familiar. Se fosse o único factor, ao analisarmos os efectivos referente ao decénio no concelho do Tarrafal, concluiríamos de antemão que não existe ou existe um fraco uso de métodos contraceptivos, ou que as pessoas não fazem o planeamento familiar.

Contudo o quadro n.º 17 mostra-nos que existe uso desses métodos no seio dos tarrafalenses.

Quadro n.º 17 - Taxa de prevalência contraceptiva (1991 - 1999)						
Ano	Mulheres em idade fértil (15 - 49 anos)	Pílula	DIU	Depo-provera	Espermicida	Preservativo
1991	2287	10,3	0,6	0,2	2,3
1992	6342	10	0,4	2,9	0,2
1994	6502	8,4	0,2	4,8	0,2	2,4
1995	6591	10,2	0	5	0,1	0,9
1996	7028	13,6	0,1	4,8	0,2	2,7
1997	7046	11,3	0,5	1,7	0,2	1,9
1998	7784	10,8	0,2	0,1	0,1	2,9
1999	7626	16,1	0,7	14,9	0	8,4

Fonte: GEP/ Ministério de Saúde

¹³ Dado a ausência de séries estatísticas específicos sobre o actual concelho de Tarrafal (Freguesia de Santo Amaro Abade) recorreremos a análise conjunta desse indicador, conforme já se tinha referido na introdução.

A pílula tem sido o método de maior uso pela população do concelho, mas o número de pessoas que a utiliza é ligeiramente inferior a média nacional, entretanto o seu uso segue a tendência no grupo das ilhas de Sotavento. (GEP/ Ministério de Saúde)

A seguir a pílula, encontramos um maior uso da depo-provera, camisinha, espermicida e DIU, de maior para menor uso.

É de salientar que, o número de mulheres em idade fértil tem vindo a aumentar de ano para ano.

Quadro n.º 18 - Evolução do uso de métodos contraceptivos no concelho							
1991	1992	1994	1995	1996	1997	1998	2000
16,1	16,9	16	16,3	21,3	15,5	18,9	40,1
Fonte: GEP/ Ministério de Saúde							

O quadro n.º 18 mostra que, de um modo geral, houve aumento considerável do uso dos métodos contraceptivos, com excepção do ano 1997. No ano 2000, esse número duplicou, o que se deve ao facto da consciencialização das pessoas sobre a importância de planeamento familiar, que por sua vez, também é resultado das campanhas levadas a cabo e de um maior contacto da população com o exterior.

3.2.2 - Educação /Nível de instrução

A educação, é dos sectores de extrema importância para qualquer país, dado o seu principal objectivo que é de instruir e educar ao mesmo tempo os indivíduos, preparando-os para a vida enquanto ser social. A educação constitui uma das necessidades básicas de um indivíduo, por isso em todos os países do mundo verifica-se, fortes preocupações em criar condições para que todos possam ter acesso à educação.

Cabo Verde é dos poucos países da região da África subsariana onde o avanço conseguido ao longo dos anos, neste domínio, teve a sua quota-parte para a integração do país no grupo dos países de rendimento médio. Dado a fragilidade económica e escassez de recursos, é evidente a aposta do estado no indivíduo para atingir o desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Devemos referir que, com a reforma do ensino e a construção de escolas primárias praticamente em todas as localidades e secundárias em todos os concelhos, verifica-se um número cada vez maior de alunos a concluir o 12º ano, mas a nível médio e superior, o país enfrenta algumas dificuldades, nomeadamente na atribuição de bolsas de estudos para o exterior, hoje praticamente inexistente. Em Cabo Verde nas Instituições de formação médio ou superior público verifica-se um número crescente de concorrente contra uma reduzida disponibilidade de vaga. A nível das Instituições privadas as propinas praticadas dificultam o acesso de muitos estudantes. É de referir que a abertura de escolas técnicas em alguns concelhos do país veio resolver em parte «o problema» que é o da formação profissional em Cabo Verde.

Em relação ao concelho do Tarrafal, a construção do Liceu na década de 1990 e o seu posterior alargamento na segunda metade da mesma década, o surgimento dos círculos de cultura (escola de alfabetização de adultos) e o alargamento do ensino obrigatório de 4 para 6 anos, deram uma grande contribuição para a elevação do nível de instrução dos tarrafalenses, conforme a análise que se segue.

3.2.2.1- Ensino Pré-Escolar

Esse nível de ensino é ministrado em jardins-de-infância, destinado às crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade do ingresso no Ensino Básico.

A nível do concelho, em 2000, a rede do Pré-Escolar estava composta por 13 jardins, acolhendo um total de 616 crianças.

3.2.2.2 - Ensino Básico (EB)

A partir do ano lectivo 1994/95, a escolarização básica obrigatória passou a ser de seis anos e não de quatro como vinha acontecendo. Esse alargamento de idade escolar obrigatória surgiu na sequência da reforma de ensino levado a cabo no mesmo ano pelo governo de Cabo Verde.

A nível do Ensino Básico, o concelho dispõe de uma rede escolar composta por 8 pólos educativos, integrando 24 escolas. O número de professores ronda os 140. No ano lectivo 2000/01 encontram matriculado um total de 3672 alunos.

As escolas desse nível, encontram-se praticamente distribuídas por todas as zonas do concelho, com um total de 80 salas de aulas das quais 10 são alugadas (Costa, 2000).

3.2.2.3 - Ensino secundário

O ensino secundário é ministrado na Escola Secundária do Tarrafal, contando com os três ciclos, abrangendo os seis anos de escolaridade.

Este nível do ensino conheceu durante o decénio um crescimento de efectivos escolar bastante significativo. Do ano lectivo 1992/ 93 ao ano lectivo 1996/ 97, o número de alunos passou de 364 para 783; do ano lectivo 1999/ 00 ao ano lectivo 2000/ 01, esse número passou de 1327 para 1935 alunos.

Em relação ao corpo docente, a Escola Secundária do Tarrafal conta com um total de 62 professores (Costa, 2000).

3.2.2.4 - Alfabetização e Educação de Adultos

Em 2000, a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, engloba as actividades de alfabetização, Pós-alfabetização e de formação profissional básica.

Nesse mesmo ano, o concelho contava com um total de 14 círculos de cultura, 133 alfabetizando, distribuídos por 14 animadores, sendo 7 profissionalizados e 7 contratados por objectivos.

Derivado dessa situação, a taxa de analfabetismo sofreu uma redução bastante significativa durante o decénio, acompanhando desta forma a tendência nacional. Segundo a Direcção Geral de Alfabetização de Adultos, citado por Costa, 2000, em 1980, a taxa do analfabetismo era de 53,4%, passou para 42,1% em 1990, e 30% em 2000.

Contudo há que referir que, apesar das melhorias conseguidas durante o decénio, o concelho do Tarrafal, em 2000, tem uma grande porção de pessoas sem qualquer nível de instrução (analfabetos) e um número relativamente baixo de pessoas com ensino superior e/ou médio, conforme mostra o quadro n.º 9. Ainda resta muito que fazer, sobretudo a construção de escolas de formação técnica e profissional, bem como melhorar as condições de vida das populações para que todos possam ter oportunidade de estudar, conforme se encontra na Carta dos Direitos Humanos.

Quadro n.º 19 - População segundo o nível de instrução no concelho do Tarrafal em 2000	
Sem nível	3971
Pré-escolar	434
Alfabetização	343
EB	8430
Secundário	2336
Médio	28
Superior	51
NR	95
<i>Fonte: INE - CV, 2000</i>	

3.2.3 - Estruturas habitacionais e nível de conforto

A estrutura habitacional é influenciada pelas condições socio-económicas da população e ela tem influência directa na satisfação das necessidades de educação, saúde, etc.

No concelho do Tarrafal quando se refere a estrutura habitacional convém separar algumas áreas de outras.

Na vila do Tarrafal, as zonas mais atractivas são as do centro e as zonas de expansão recentes, Achada Baixo e Ponta de Atum. Nelas encontramos habitações da classe média-alta e classe alta, com edifícios com boas condições de habitabilidade. Nessas zonas encontramos sobretudo casas de emigrantes, funcionários públicos, pessoas de outros concelhos do país e alguns estrangeiros, que edificam as suas habitações ali (ver fotos 5 e 6 em anexo).

Nas zonas a Norte da Vila, Colhe Bicho, Monteria, e Ponta Lagoa e Outras predominam habitações com características tradicionais, casas unifamiliares de pequenas

dimensões, muito concentradas. Habitam nessas áreas indivíduos de classe média-alta, média e baixa (ver fotos 9, 10 e 11 em anexo).

Na zona de Chão Bom, vivem indivíduos de classe média e baixa daí as características das habitações não desfasam muito da zona Norte da Vila, só que as habitações são geralmente de maiores dimensões e menos concentradas. Contudo, sendo Chão Bom uma das zona mais atractivas depois da Vila do Tarrafal encontramos, grande número de edifícios acabado com boas condições interna e externa (ver fotos 12 e 13 em anexo).

Nas zonas rurais, quase na totalidade as habitações são evolutivas, simples, com mínimas condições de habitabilidade construídas pelas famílias com os seus próprios meios e para os seus próprios usos (ver foto 14 em anexo).

De uma forma geral, podemos concluir que à medida que afastamos do centro (Vila do Tarrafal), diminui as condições de habitabilidade das habitações e as que apresentam melhores condições quer no meio rural ou urbano, pertencem aos emigrantes.

Da análise do quadro que se segue, permite-nos verificar condições socio-económicas em que vive a população do concelho do Tarrafal, recolhidas de acordo com os Censos 1990 e 2000, nomeadamente em matéria do alojamento, a disponibilidade e o acesso aos serviços básicos, tais como, água, electricidade e instalações sanitárias.

Quadro n.º 20 - Agregados familiares segundo o tipo de habitação por número de divisões									
Tipo de habitação	1990				2000				
	Número de divisões				Número de divisões				
	1 a 3		4 e +		1 a 3		4 e +		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Casa individual	1517	60,5	725	28,9	1468	37,85	1889	48,71	
Apartamento	116	4,6	28	1,1	3	0,07	3	0,07	
Vivenda	0	0	1	0,03	3	0,07	5	0,12	
Barraca	0	0	0	0	9	0,23	0	0	
Parte de casa	47	1,9	4	0,1	346	8,92	105	2,7	

Fonte: INE - CV, Censos 1990 e 2000

De acordo com o quadro n.º 20, em 1990 no concelho, predominavam as casas individuais, não houve registo de barraca, e a vivenda representava 0,03% dentre as habitações quanto ao número de divisões.

No final do decénio, o registo aponta para um aumento de número de habitações e uma nova estrutura, mas não desfasando muito daquilo que existia em 1990.

Houve um aumento proporcional na ordem dos 20,2%, de alojamento do tipo casa individual com quatro (4) e mais divisões, contra uma diminuição na ordem dos 32,65% do mesmo tipo de habitação com um (1) a três (3) divisões, o que demonstra uma clara evolução das estruturas habitacionais, devido, certamente, sobretudo ao Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Terrafal, 2003, que tem como uma das prioridades a habitação social.

É de salientar também, o surgimento de barracas 0,23%, aumento de vivenda e parte de casa, em detrimento de apartamentos, o que pode ser explicado pela demanda da população rural do concelho.

O quadro n.º 21 mostra as fontes de energia utilizadas pelas famílias para a iluminação.

Quadro n.º 21 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para a iluminação										
Ano/ energia	Petróleo		Electricidade		Gás		Outro		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1990	2144	85,5	194	7,7	83	3,3	62	2,5	2507	100
2000	2273	58,6	1232	31,8	156	4	217	5,6	3878	100

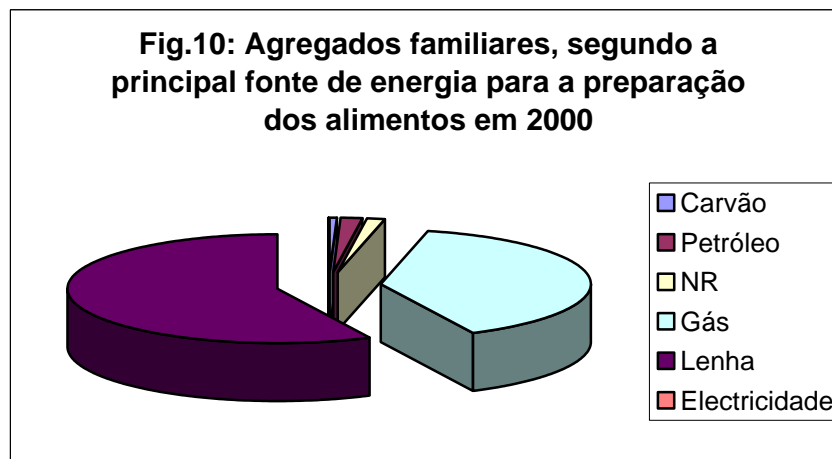
Fonte: INE - CV, Censos 1990 e 2000

Da observação do quadro n.º 21, verifica-se que o petróleo é a principal fonte de energia utilizado na iluminação nocturna das casas, seguido da electricidade, gás e outras fontes de energia. Essa situação, no concelho não é de se estranhar, dada às condições económicas das famílias, principalmente da zona rural.

No final do decénio verificou-se uma diminuição de 26,9% no uso do petróleo e um aumento de 24,1% do uso da electricidade. A tendência é para inversão cada vez mais dessa situação, devido ao programa de electrificação das zonas rurais do concelho, em curso.

Perspectiva-se que num horizonte muito curto a electricidade será a principal fonte de energia utilizada na iluminação no concelho, à semelhança do que se verifica a nível nacional (50,0% dos agregados familiares), mas o problema vai residir nas condições financeiras das famílias para obterem acesso e manter esse serviço, dado aos sucessivos aumentos dos preços de combustível no mercado internacional e consequente aumento do custo da electricidade.

Em relação ao uso do gás como fonte de energia, de acordo com o quadro, registou um ligeiro aumento durante a década.



A fig.10 mostra-nos que a lenha (57,2%) é largamente a principal fonte de energia utilizada na preparação dos alimentos, contrariamente aquilo que se verifica a nível nacional, em que o gás é largamente a principal fonte de energia utilizado (65,6%). No concelho do Tarrafal o gás (39,2%) se encontra no segundo lugar seguido de outras fontes alternativas como: carvão, petróleo e electricidade, que registam valores extremamente baixos, perfazendo um total de 3,6%.

A lenha é extraída do meio ambiente o que significa que existe grande pressão sobre este recurso. Esta situação explica-se eventualmente pelo baixo poder de compra das populações, pelo baixo nível de instrução da população, sobretudo rural, e uma fraca e lenta tomada de consciência sobre a importância do ambiente para o desenvolvimento de uma comunidade.

O quadro n.º 22 mostra-nos a posse de casa de banho e retrete pelas famílias do concelho.

Quadro n.º 22 - Agregados familiares segundo a posse de casa de banho e retrete										
Posse de casa de banho e retrete	WC com retrete		WC sem retrete		Retrete/latrina		Sem WC sem retrete e sem		NR	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1990	240	9,6	35	1,4	74	3,1	2158	86,1
2000	1040	26,8	192	5	3	0,1	2585	66,6	58	1,5

Fonte: INE - CV, Censos 1990 e 2000

Da análise do quadro n.º 22, verifica-se que o número de habitações com casa de banho e retrete aumentou durante o período intercensitário, cerca de 18,2%, apesar das habitações sem casa de banho e sem retrete tem aumentado em termos absolutos, verificou-se uma diminuição de 19,5%. Apesar dessa melhoria percentual dos agregados familiares com casa de banho e retrete, o concelho continua abaixo da média nacional (39,1%).

Quadro n.º 23 - Agregados familiares segundo o modo de abastecimento de água no concelho do Tarrafal				
Modo de abastecimento	1990		2000	
	Valor	%	Valor	%
Água canalizada	170	6,8	878	22,6
Cisterna	204	8,1	312	8
Auto-tanque	6	0,2	192	5
Chafariz	787	31,4	2186	56,4
Poço	97	3,9	29	0,7
Nascente	750	29,9	129	3,3
Levada	388	15,5	7	0,2
Outro	105	4,2	103	2,7
NR	42	1,1
Total	2507	100	3878	100

Fonte: INE, Censos 1990 e 2000

Do quadro n.º 23, constata-se que, a população recorre a todos os meios para obter água, conforme o meio onde se encontra inserida.

A maioria dos agregados do Tarrafal à semelhança do que acontece a nível nacional recorre a chafariz para obter a água.

A população que dispõe de água canalizada evoluiu de 6,8% em 1990 para 22,6% em 2000, enquanto que, durante o mesmo período verificou uma drástica diminuição (15,3%) do uso de levada e do poço (2,2%) e um aumento do uso de auto-tanque (em cerca de 4,8%) para o abastecimento da água.

É de salientar o uso de cisterna, que em 1990 representava 8,1% e em 2000 8,0%, verifica-se uma ligeira diminuição relativa, mas em termos absolutos aumentou o seu uso conforme mostra o quadro n.º 23. Trata-se de uma forma tradicional de aproveitamento da água das chuvas nas zonas altas e pouco acessíveis, onde geralmente a comunidade sente dificuldades de obter água potável.

Em resumo, podemos afirmar que houve melhorias significativas no concelho no que tange as condições socio-económicas, mas permanecem as características de um concelho rural. Pois, se formos caracterizar uma família do concelho, teríamos uma família com uma casa individual, de uma (1) a três (3) divisões¹⁴, utilizando o petróleo como a principal fonte de energia para a iluminação, a lenha como a principal fonte de energia para a preparação dos alimentos, não teriam casa de banho nem retrete, recorreriam ao chafariz para obtenção da água. Estas condições não favoreceriam a posse, nem de rádio, nem de televisão, nem de frigorífico e nem de video-cassete, etc. Seria uma habitação típica do meio rural de um país pouco desenvolvido, com as mínimas condições de habitação, consequência da pobreza que a população do concelho está sujeita.

A tendência é para uma evolução na melhoria das condições das habitações, face às ajudas concedidas pela Comissão Regional de Parceiros (CRP) em parceria com a Câmara Municipal, que estão ainda em curso através do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel Tarrafal, 2003.

Segundo, a CRP do Tarrafal, esse programa tem como prioridade, a habitação social, actividades geradoras de rendimento (pequeno comercio a retalho, criação de animais, etc.), formação profissional de corte e costura, etc., mas a procura de apoio é maior no domínio de habitação social. Esse apoio tem dado sinais evidentes de melhorias de condições de vida da população do concelho, sobretudo no meio rural.

¹⁴ Nessa caracterização levamos também em conta os Censos (1990 e 2000), tendo em conta que no nosso trabalho agrupamos habitações de 1 a 3 divisões e 4 e mais divisões. Nos censos, dentro desses quatro e mais encontramos subdivisões. É com essa base que fizemos essa afirmação.

CAPÍTULO IV – IMPACTO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO DO CONCELHO

Como sabemos a problemática do crescimento demográfico, sobretudo nos países em desenvolvimento e particularmente nos da África Subsariana onde esse crescimento tem originado problemas como conflitos políticos, com implicações sociais, económicos e ambientais como, falta de alimentos levando a malnutrição, fome, tem contribuindo para a crescente degradação ambiental e conseqüente aumento da desertificação e da pobreza.

Em qualquer região do planeta quando há uma variação demográfica há necessidade de adopção de políticas adequadas para fazer face aos problemas decorrentes dessa variação, caso contrário, a população sofrerá as conseqüências. Geralmente o que se tem notado a nível dos países em desenvolvimento é um crescimento acelerado contra um fraco crescimento dos recursos aliado à ausência de política de valorização e aproveitamento da população jovem, contrariamente àquilo que se verificou nos Novos Países Industrializados (NPI) da Ásia e da América Latina, que souberam aproveitar a grande quantidade de mão-de-obra jovem adoptando estratégias políticas de valorização e aproveitamento dessa mão-de-obra para atingir o desenvolvimento.

Cabo Verde, não obstante, a sua integração no grupo dos países da África Subsariana, o crescimento populacional não tem gerado graves problemas, comparativamente com alguns daqueles países que estão localizados no continente. Entretanto, isso não significa que o crescimento demográfico não tem criado algum problema ao país, só que à sua dimensão, nomeadamente a necessidade do controle da natalidade, em certos casos e a retenção das populações rurais, nas suas parcelas. O exemplo disso foi a definição da Política Nacional da População (PNP) em 1995 e a sua revisão mais recentemente no ano de 2005. A passagem de Cabo Verde para o grupo dos países do Desenvolvimento Médio, como resultado de melhorias conseguidos pelo país, sobretudo, nos sectores da economia, da educação e de saúde, demonstra um certo avanço. Mesmo assim não significa que todas as regiões do país estão igualmente desenvolvidas, ou que existe igualdade de acesso em termos de quantidade e qualidade desses serviços entre as populações dos dezassete (17) concelhos do arquipélago de Cabo Verde.

Nos dois capítulos precedentes fizemos uma abordagem do concelho, que constitui o nosso domínio de estudo durante a década de 1990, a partir da caracterização da dinâmica

populacional e das condições socio-económicas e, constatamos que registou um crescimento demográfico bastante acelerado quando comparado com outras décadas e/ou outros concelhos do país. Neste contexto, considerando que verificou um forte crescimento demográfico, sobretudo um aumento considerável de jovens (grupo etário de 0 a 19 anos), vamos analisar os impactos socio-económicos dessa dinâmica para um concelho, onde a economia está fortemente dependente do sector de primário e pequenos comércios.

4.1 - Pressão demográfica sobre os recursos e o ambiente

A existência de uma forte interação entre o ambiente ecológico e a sociedade humana põe em evidência duas necessidades e dois conceitos, aparentemente antagónicos: conservação e utilização. A análise integrada destes dois conceitos fez surgir um terceiro, «utilização sustentável» como possível saída deste paradoxo.

Os seres vivos, pelas suas actividades biológicas, exercem pressão, de varia ordem, sobre o meio ambiente. Paradoxalmente, o homem, apesar de ser o único ser racional do planeta, tem exercido uma acção, ainda mais nociva, sobre os recursos naturais do que as outras espécies (Plano Ambiental Municipal do Tarrafal, 2004).

O Homem extrai do meio ambiente os recursos de que necessita para satisfazer as suas necessidades, mas é necessário fazer uma exploração sustentável para garantir o equilíbrio ecológico e o usufruto das gerações vindouras.

Normalmente, quando se verifica um forte crescimento demográfico, aumenta também a pressão sobre os recursos, e em alguns casos, provocando a uma sobre-exploração dos mesmos e por conseguinte o desequilíbrio do ecossistema e à desertificação, agravando ainda mais a situação das populações, ainda mais num país de poucos recursos como é o caso de Cabo Verde.

No nosso país em geral e no concelho do Tarrafal em particular, essa forte pressão e degradação do meio já é uma realidade bem visível que não se pode negar. A degradação acelerada da orla marítima, a procura de inertes para a construção civil, assim como das encostas devido a utilização de técnicas inadequadas para a exploração de terras é as mais nefastas acções do homem sobre o meio ambiente. O primeiro já levou a degradação física de algumas praias das

localidades do concelho, outrora toda coberta de areia (Baía de Chão Bom e da Fazenda, a praia de Bispo, Cuba - Ribeira da Prata), com impactos negativos para a pesca, para o turismo e para a própria beleza cénica da paisagem.

A fig.11 mostra-nos aspectos actuais da praia de Bispo – Ribeira da Prata, praia que aproximadamente 8 anos servia para banhar e pesca de «rede de rasto», mas a exploração desenfreada de areia, apresenta-se nesse momento degradadas, cheias de buracos e cobertas de cascalhos, permitindo o avanço dos detractores para dentro do mar, utilizando pá e banheira lutando contra as ondas.

Fig.11: Aspectos da Praia de Bispo – Ribeira da Prata, Maio 2005

Foto 1



Foto 2



Para além das praias, verifica-se a degradação das monte vaca aproveitando os piroclastos («jorra») para as construções, conforme mostra a fig.12.

Fig.12: Aspectos da Monte Barreira – Chão Bom, Maio 2005

Foto 3



Foto 4



Essas duas actividades, para além de denegrirem o aspecto físico da paisagem e os problemas ambientais advenientes, arrastam crianças em idade escolar para esse trabalho e põe em risco vidas humanas, dado que frequentes vezes tem-se verificado acidentes mortais nesses trabalhos (nas minas de jorra). Não dispomos de dados estatísticos para demonstrar a quantidade de pessoas que dedicam a estas actividades, mas mesmo que existissem não espelhariam a realidade, dado que a população não assume a profissão que exerce por medo, já sabe que é ilegal e é uma actividade complementar as outras, como pesca, agricultura.

A lenha é também um outro recurso que é extraído do meio ambiente e no concelho do Tarrafal cerca de 2229 famílias, correspondente a 57,2%, recorrem a apanha deste recurso para a preparação dos alimentos, o que demonstra que existe uma forte pressão sobre este recurso, num país ameaçado pela desertificação, quando se sabe que o uso do gás custa mais barato ao estado do que a reflorestação. Daí há necessidade urgente de solucionar este problema, adoptando essas famílias de alternativas que permitam a compra de gás em vez do uso da lenha, porque se essa pressão continuar a médio ou longo prazo não haverá lenha que chegue para a população, para além dos impactos negativos para o meio, nomeadamente aumento da desertificação, com reflexos no agravamento das condições de vida da população local e para do país em geral.

O plano Ambiental Municipal do Tarrafal, criado no âmbito da elaboração do II Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II), discutido e aprovado pela Assembleia

Municipal do Tarrafal, em Dezembro de 2004, identifica uma lista longa de problemas ambientais do concelho, em ordem decrescente de gravidade, que são: Orla marítima degradada; Degradação dos solos e biodiversidade; Deficiente saneamento do meio; Desorganização territorial; Informação, comunicação e sensibilização insuficientes; Deficiente abastecimento de água; Deficiente rede viária; Diminuição da quantidade de pescado, Poluição sonora; Baixo rendimento das culturas e Degradação dos solos. Esse plano traça um conjunto de estratégias/acções, visando um uso sustentável dos recursos existentes e se encontra orçado em dois milhões e setecentos e sessenta e um mil escudos (2 761000\$00).

Esse plano surgiu num momento oportuno, dada a intensificação da degradação dos recursos do meio ambiente, e delimita as alternativas para as populações, sobretudo aquela grande massa que dedica à exploração dos recursos da orla marítima e dos cones de piroclastos que constituem um dos mais importantes recursos, que se forem preservados e valorizados numa perspectiva do desenvolvimento do turismo poderão trazer ganhos para o concelho do Tarrafal e Cabo Verde em geral.

A fiscalização dessas actividades parecem ultrapassar a capacidade das autoridades responsáveis, visto que, actualmente pouco fazem para os evitarem. Inicialmente se verificou alguma preocupação, com envio dos polícias marítimas e apreensão de algumas viaturas, mas actualmente, as praias, as bacias hidrográficas e mesmo os montes de piroclastos estão à mercê das populações locais.

4.2 - Aumento da população activa e a sua situação perante o emprego/desemprego

O desemprego e a pobreza são dois dos flagelos que afectam as populações do nosso arquipélago e são dois indicadores sociais que se encontram interligados.

Em Cabo Verde um estudo realizado sobre a pobreza em 2002 demonstra que esta aumentou de 1989 a essa data, passando de 30% para 37%, e que a incidência deste é maior nas famílias cujos chefes se encontram desempregados (46,4%), seguido das com chefe incapacitado (44,0%).

Em 1990, o concelho do Tarrafal contava com uma população activa de 3902 correspondendo a 33,6% da população total, sendo o sector primário, o que empregava maior número de activos, seguido dos sectores secundários e terciários, sendo este último com uma

percentagem muito reduzida (22,8%). É de realçar que dentre os activos cerca de 33,1% dedicavam a agricultura, silvicultura, caça e pescas e 27,6% a construção (sector secundário).

Em 2000 com um aumento demográfico, o número de activos aumentou para 7188, correspondendo a 40,4% da população total, o sector terciário cresceu, ultrapassou o sector secundário, ficando ligeiramente abaixo do sector primário que continua com maior número de activos, enquanto que o sector secundário decresceu em termos relativos, conforma mostra o quadro n.º 11 no capítulo II.

O quadro n.º 24, mostra-nos a repartição da população do concelho do Tarrafal em 2000 por sector de actividade.

Quadro n.º 24 - Proporção de população empregada por sector de actividade em 2000	
Sector de actividade	%
Primário	42,6
Secundário	15,4
Terciário	39,4
NR	2,6
<i>Fonte: INE - CV, 2000</i>	

A partir da observação do quadro n.º 24 pode-se afirmar que a maior parte da população activa do concelho continua a exercer actividades ligadas à natureza, enquanto que o sector secundário se encontra pouco desenvolvido, ocupando um total de 15,4% da população activa, o que indicia fraco investimento na área no concelho. O sector terciário, aquele que mais contribui para a formação do PIB (75,3%, em 2002), apesar se encontrar em crescimento, se encontra no segundo lugar, depois do sector primário, aquele que menos contribui para a formação do PIB, (8,5%, em 2002).

O quadro n.º 25 dá-nos o número de empregado, segundo alguns ramos de actividades em 2000, de uma forma mais detalhada, confirmado assim, de certo modo aquilo que nós já tínhamos referido anteriormente.

Quadro n.º 25 - Empregados de idade igual ou superior a 15 anos, segundo o ramo de actividade económica no concelho do Tarrafal em 2000	
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	2063
Pesca	275
Industria extrativa	163
Industria transformadora	184
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	48
Construção	776
Comércio grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e domésticos	705
Alojamento de restauração	114
Transporte, armazenamento e comunicação	187
Actividades financeiras	10
Actividades imobiliária, alugueres e serviços prestados as empresas	19
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1018
Educação	341
Saúde e educação social	38
Outros actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	43
Famílias com empregados domésticos	58
Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	5
NR	146
Fonte: Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural - Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003	

O conjunto das actividades formado por agricultura, silvicultura, caça e produção de animal e pescas continua a ocupar um número significativo dos empregados no concelho. A construção civil continua sendo a actividade do sector secundário que ocupa maior número dos empregados e no sector terciário verifica-se um maior número de empregados na administração pública, defesa e segurança social obrigatória, o que não é de se estranhar uma vez que aumentando a população, aumenta as necessidades, e para corresponder as demandas é necessário a criação de infra-estruturas e aumentar os serviços.

Os dados do Censo 2000, apontam no concelho do Tarrafal para uma taxa de desemprego de 8,9%, das mais baixas dentre os municípios do país, depois de Boa Vista (5,6%) e São Miguel (7,7%), enquanto que a média nacional é de 17,2%.

A mulher continua a ser a principal vítima do desemprego a nível nacional e Tarrafal não foge a regra com uma taxa de desemprego feminino de 12,1%, superior a masculina (4,3%), mas muito inferior a média nacional (23,6%).

O quadro n.º 26 mostra-nos a evolução de alguns indicadores no concelho.

Quadro n.º 26 - Evolução de alguns indicadores no concelho do Tarrafal (%)		
Ano	1990*	2000
Taxa de desemprego	15,4	8,9
Taxa de desemprego feminina	9,2	12,1
Taxa de desemprego masculina	20,2	8,9
Taxa líquida de actividade	52,2	72,5
Taxa líquida de inactividade	27
<i>Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal - Caracterização e Diagnostico. 1ª Fase; INE - CV, Censo 2000</i>		

Da observação do quadro n.º 26 pode-se notar que a taxa de desemprego diminuiu durante o decénio, em cerca de 6,5%. Essa diminuição geral deve-se à uma brusca diminuição da taxa de desemprego masculina, na ordem dos 11,3 %, enquanto que a taxa de desemprego feminina aumentou ligeiramente (2,9%). Sendo assim pode-se notar que, em 1990 a taxa de desemprego é maior nos indivíduos do sexo masculino (20,2%) do que nos do sexo feminino (9,2%) enquanto que em 2000 se verifica fenómeno inverso (maior taxa de desemprego feminina).

A taxa de actividade aumentou, passando de 52,2%, em 1990 para 72,5%, em 2000, o que significa que houve aumento de indivíduos que estão a exercer actividade ou em condições de trabalhar, resultado da juventude da sua população (mais de 50%). Esta taxa, em 2000, posiciona o concelho no 5º lugar de entre os 17 concelhos do país e é superior a média nacional (68,9%). A taxa de inactividade no concelho é de 27,0%, inferior a média nacional (30,5%).

A taxa de ocupação no concelho é elevada, cerca de 53,8 por cada 100 indivíduos estão ocupados, estando assim no terceiro lugar a nível nacional e acima da média nacional (46,1%). Na mesma posição se encontra o concelho quanto a relação entre a população empregada e a população residente.

Se formos ver a posição do concelho relativamente ao ranking da pobreza, levanta-se uma certa suspeita em relação a veracidade do valor da taxa de desemprego ou ao critério adoptado pela instituição responsável, em matéria do desemprego. O mesmo se pode dizer para o concelho de São Miguel que tem ainda uma taxa de desemprego inferior a de Tarrafal, mas que juntamente com este, são dos concelhos considerados mais pobres do arquipélago. É nesta óptica que pensamos que é necessário adoptar um critério que apresente uma certa correlação entre o

desemprego e a pobreza, porque quando observa-se Tarrafal ou São Miguel com as mais baixas taxas de desemprego do país pode-se levar a pensar que tem melhores qualidades de vida do que os outros concelhos, o que não corresponde a verdade e a realidade confirma-se.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003, aponta para uma taxa de desemprego de 34% no concelho, sendo a principal vítima um indivíduo na seguinte condição: sexo feminino, chefe de família, analfabeto e que vive no meio rural.

O quadro n.º 27 demonstra de uma forma mais detalhada a incidência do desemprego nas 20 zonas do concelho.

Quadro n.º 27 - Taxa de desemprego no concelho do Tarrafal por zonas	
Zonas	Taxa de desemprego (%)
Achada Biscainhos	64
Achada Lagoa	31
Achada Longueira	18
Achada do Meio	18
Achada Moirão	21
Achada Tenda	46
Biscainhos	30
Chão Bom	32
Curral Velho	23
Fazenda	19
Figueira Muita	24
Lagoa	36
Mato Brasil	16
Mato Mendes	18
Milho Branco	18
Ponta Lobrão	25
Ribeira das Pratas	41
Ribeirão Sal	10
Trás-os-Montes	24
Vila do Tarrafal	40
Tarrafal	34

Fonte: Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural - Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003

O quadro n.º 27 demonstra que a taxa de desemprego é elevada no concelho, com particular destaque para as localidades de Achada Biscainhos, Achada Tenda, Ribeira das Pratas e Vila do Tarrafal, sendo as localidades de Ribeirão Sal, Achada Longueira e Achada do Meio, Mato Mendes e Milho Branco, aquelas onde se registam menor incidência do desemprego, que

curiosamente são aquelas onde se verificam uma variação absoluta negativa (Achada Longueira, Mato Mendes e Milho Branco) e um ligeiro aumento (Ribeirão Sal e Achada do Meio), no final do decénio (ver quadro n.º 12 no capítulo II).

A análise que se segue, sobre a situação da pobreza no concelho do Tarrafal, leva-nos a questionar, uma vez mais, sobre os dados do desemprego apresentados no Censo 2000. Será que um dos concelhos com piores indicadores da qualidade de vida, pode ter das mais baixas taxas de desemprego do país? Por esta razão recorreremos a análise dos dados, sobre a taxa do desemprego, do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003, que é mais recente e que julgamos estar mais próximo da realidade do nosso domínio de estudo.

4.3 – Crescimento da população e a situação perante a pobreza

A pobreza é a negação do desenvolvimento humano. Se o desenvolvimento humano se traduz na melhoria do bem-estar em todos os aspectos da vida humana, aumentando as suas possibilidades de escolha a pobreza nega todas essas possibilidades. Ser pobre significa não ter opções nem poder escolher o seu projecto de vida (Silva, Elsa «et al», 2000).

Não existe uma única definição de pobreza, é algo relativo, sendo assim, interpretado de formas diferentes conforme a época e o meio onde é analisado. Por isso o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1997, definiu a pobreza segundo três perspectivas: do rendimento, das capacidades e das necessidades básicas e introduziu um indicador para medir a pobreza humana, Índice da Pobreza Humana (IPH), sendo IPH_1 para os países em desenvolvimento e IPH_2 para os países desenvolvidos.

Actualmente de forma geral, ser pobre, significa privação de: uma vida longa e saudável; usufruir de um nível de vida digno; ter acesso aos conhecimentos; ter liberdade para participar na vida colectiva e ter respeito por si e pelos outros.

Nos países em desenvolvimentos as preocupações relativamente à pobreza resumem-se em resolver questões ligadas a fome, epidemias, água potável e acesso aos serviços de saúde, problemas que já estão bem controlados nos países desenvolvidos.

Em Cabo Verde a pobreza assume contornos preocupantes, particularmente no meio rural. Estudos realizados em 2002, demonstram que a pobreza aumentou, em cerca de 7% e as desigualdades se acentuaram, desde 1989, sendo no meio rural com maior incidência (51% da população é pobre, sendo destes 30% são muito pobres). No meio urbano a pobreza aumentou devido principalmente a transferência da pobreza do meio rural provocado pelo êxodo rural. A mulher continua a ser a principal vítima desse flagelo, sendo em 2002 por cada 100 agregados familiares chefiados por mulheres, 32 são pobres.

A pobreza tem maior incidência no grupo de Barlavento. Para o Sotavento, a pobreza é mais intensa em Santiago, mas a severidade parece ser mais profunda na ilha Brava. Nos Municípios do interior da ilha de Santiago, a população pobre concentra-se nas zonas agrícolas e piscatórias de baixo rendimento, devido, no primeiro caso, às próprias características dos sistemas de produção, e no segundo, por causa da vetustez dos factores de produção (Plano Nacional de Desenvolvimento, 1997 – 2000).

A incidência da pobreza no concelho do Tarrafal (Tarrafal e Calheta) em 1996 estava largamente acima da média da ilha de Santiago e a taxa do desemprego era de 53,8%, a maior do país, sendo 62% para as mulheres e 38% homens. Em 1990 cerca de metade da população não dispunha de acesso a água potável, a esmagadora maioria das famílias (86% para Tarrafal e 94% para Calheta de S. Miguel) vivia em habitação sem casa de banho, mais de 80% das famílias utilizavam o petróleo, como fonte de iluminação. Os dois concelhos reunidos apresentavam, em 1995, os piores indicadores de saúde do país: as maiores taxas de mortalidade geral (13,4 por mil), de mortalidade infantil (65,9 por mil), de mortalidade infanto-juvenil (82,8 por mil). No ano lectivo de 1996/97, mais de metade dos alunos do Ensino Básico no Tarrafal e um terço dos mesmos na Calheta de S. Miguel foram considerados carenciados, o que reflecte bem a situação de pobreza das famílias. (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza).

Esta situação evidencia, mais uma vez a concentração ou a contradição aparente em relação à taxa de desemprego apresentado pelo INE-CV, Censo 2000 e o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003.

O quadro n.º 28 mostra-nos a incidência da pobreza nas zonas do concelho no ano de 1999.

Quadro n.º 28 - Situação da pobreza no concelho do Tarrafal em 1999		
Localidades	Muito pobre	Pobre
Achada Biscainhos	42	34
Achada Lagoa	36	86
Achada Longueira	132	386
Achada do Meio	84	95
Achada Moirão	102	496
Achada Tenda	89	293
Biscainhos	123	249
Chão Bom	423	958
Curral Velho	112	181
Fazenda	35	90
Figueira Muita	43	64
Lagoa	97	146
Mato Brasil	83	106
Mato Mendes	117	190
Milho Branco	94	139
Ponta Lobrão	98	147
Ribeira das Pratas	227	248
Ribeirão Sal	16	24
Trás-os-Montes	115	209
Vila do Tarrafal	937	1512
Tarrafal	3099	5615
<i>Fonte: Costa, 2000</i>		

O quadro n.º 28 mostra-nos que no concelho do Tarrafal existia no ano de 1999, um total de 8714 pobres (3099 pobres e 5615 muito pobres), correspondendo a aproximadamente 61%¹⁵ da população total do concelho. Em termos absolutos, a pobreza tem maior incidência nas zonas de Vila do Tarrafal e Chão Bom. Em termos relativos, o tecido urbano tem 43,9% dos muito pobres e 44% dos pobres do concelho.

Tarrafal, por ser considerado um dos mais pobres do arquipélago é contemplado com Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003, que se encontra actualmente em curso, tendo como prioridade o apoio no domínio de habitação social, financiamento de actividades geradoras de rendimento, formação profissional, formação de capacitação de membros de associação, entre outras, sobretudo destinadas às mulheres chefes de família e jovens a procura do primeiro emprego.

¹⁵ O valor da população total de 1999, para o cálculo da população pobre foi obtido a partir da projecção vezes o peso do Concelho do Tarrafal em 2000 (0,54) no conjunto Tarrafal e Calheta.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento, 1997 – 2000, a existência de um sistema económico estrutural débil, com altas taxas de desemprego sobretudo entre os jovens, aliadas a um ritmo relativamente lento de criação de novos empregos, não acompanhando a evolução do crescimento da população activa, constituem as grandes determinantes da pobreza em Cabo Verde.

Entretanto, O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/Tarrafal, 2003, especifica algumas causas da pobreza nos dois Municípios, entre as quais se destacam: Ausência de um sistema minimamente eficaz de produção e abastecimento de água; ausência de adequadas infra-estruturas de comunicação e de transporte, como rede de estradas de acesso e de penetração, transporte em geral e transporte escolar, em particular; produção e distribuição de energia; ausência de incentivo ao desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento; ausência de infra-estruturas comunitárias de apoio e promoção do desenvolvimento como um adequado sistema de formação profissional orientado, sobretudo, para as actividades potencialmente geradoras de rendimentos (técnicos agrícolas, artesanato, criação de gado, transformação de produtos, etc.); ausência de um sistema de micro-crédito eficaz; ausência de estruturas de apoio ao associativismo e no acesso aos mercados; entre outras.

Identificadas as principais causas foi traçado no mesmo programa um conjunto de objectivos e procedimentos que visam atacar essas principais causas que determinam a pobreza no concelho oficialmente conhecido como dos mais pobres da ilha e do país.

Portanto pode-se constatar que o crescimento demográfico acaba por ter impactos fortes a vários níveis no concelho, sobretudo a nível da Pobreza, com fortes reflexos no ambiente.

Contudo as bases já estão lançadas e urge seguir as directrizes saídas do Programa Local de Luta contra a Pobreza no Meio Rural e do Plano Ambiental Municipal do Tarrafal para fazer face a essa problemática.

CONCLUSÕES

A conclusão de um trabalho de investigação pode não significar, necessariamente, o fim de um processo de investigação. Antes, pelo contrário, pode significar o começo de uma nova etapa de investigação. A conclusão a que chegamos não chegou a esgotar o tema em análise. Pois, como sabemos, a dinâmica da população é um fenómeno mutável tanto no tempo como no espaço. Todavia, considerámos essas como resultado de uma etapa de investigação e como algo que poderá, eventualmente, servir de pistas para estudos posteriores, bem como nas tomadas de algumas medidas importantes sobre o concelho em estudo, que são as seguintes:

Tarrafal ocupa um lugar de destaque na história da ilha e do país em geral, por ali se ter fixado no passado (período colonial) uma das mais temíveis pressões de inspiração nazista, com todos os requintes para torturar os presos. Por essa razão foi conhecido no passado como o pior dos piores lugares da pior ilha, mas com o enceramento do mesmo, 40 anos depois aliada às mudanças políticas, o mesmo concelho já é referenciado como *o melhor dos melhores* lugares da melhor ilha, pela sua diversidade cultural e belezas paisagísticas, que se forem preservadas e valorizadas numa perspectiva de desenvolvimento do turismo poderão trazer benefícios para o concelho, proporcionando um certo desenvolvimento;

No concelho do Tarrafal, durante o nosso período de estudo, verifica-se um crescimento populacional bastante acelerado, comparativamente com as décadas anteriores e com o contexto nacional, que ultrapassou todas as perspectivas e projecções feitas. A taxa de crescimento médio anual atingiu valor inédito, passando de negativa nas duas últimas décadas, para quase dobro da média nacional, colocando o concelho no segundo lugar a nível nacional, depois da ilha do Sal;

Esse rápido crescimento populacional deve-se fundamentalmente à elevada taxa de crescimento natural, devido à elevada taxa de natalidade, não obstante o aumento do uso de métodos contraceptivos, contra uma rápida diminuição da taxa de mortalidade, visto que, o saldo migratório continua negativo, apesar de da diminuição da emigração devido à imposição de medidas restritivas por parte dos países de acolhimento;

Concluimos, ainda, que o planeamento familiar é fraco, dado ao nível muito baixo de conforto e de instrução predominante no concelho, porque caso contrário, se houvesse,

certamente o crescimento populacional e a pobreza não seriam de tal forma, e muito menos ainda a dimensão da pressão e degradação sobre e no meio ambiente;

A população do concelho apresenta uma estrutura maioritariamente jovem (mais de 50%), sendo a porção dos adultos e dos idosos ter-se decrescido durante o decénio;

Mais de metade da população do concelho se encontra concentrado no tecido urbano (Vila do Tarrafal e Chão Bom), onde o crescimento foi maior, enquanto que nalgumas zonas rurais a população diminuiu em termos reais, causando problemas de falta e/ou excesso de infra-estruturas sociais, conforme a dinâmica;

Essa dinâmica populacional que contrariou todas as perspectivas e projecções feitas, veio agravar ainda mais a situação da pobreza no concelho e aumentou também a pressão sobre o ambiente, levando a degradação do mesmo;

A forte degradação ambiental e a situação da pobreza que se verifica no concelho do Tarrafal são consequências da fraca capacidade da criação dos postos de trabalho que não acompanhou a dinâmica populacional verificada ao longo do decénio, contrariando os dados referentes à taxa do desemprego do Censo 2000, que evidenciam uma diminuição, e aproximando à elevada taxa, segundo o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel/ Tarrafal, 2003 e que pesamos que espelha a real situação de um dos concelhos mais pobres do país;

No concelho, a degradação da orla costeira devido sobretudo à extracção desenfreada de areia (mais recentemente dentro das águas do mar), a degradação dos montes de piroclastos, e a prática agrícola inadequadas nas encostas são as mais nefastas acções antrópica sobre o ambiente;

A pobreza no concelho atinge ainda uma grande franja da população (superior a 50%, em 1999), sendo a principal vítima a mulher em geral e em particular a do meio rural, chefe de família, analfabeta e desempregada;

A economia do concelho está fortemente dependente do sector primário, sendo a agricultura, pecuária, pescas e silvicultura, as actividades que ocupam maior percentagem de activos. O sector secundário decresce em termos relativos e o sector terciário conheceu um aumento considerável ao longo do decénio, ficando ligeiramente abaixo do sector primário;

Apesar das melhorias conseguidas no domínio da saúde, o número dos médicos e enfermeiros não tem acompanhado a dinâmica populacional verificada ao longo do decénio;

Ainda persistem carências em matéria do saneamento do meio. Não existe rede domiciliária de esgoto em funcionamento, o sistema de abastecimento de água domiciliária e o de recolha do lixo não abrange nem metade das localidades;

No concelho do Tarrafal a educação não vai para além do 12º ano de escolaridade – via geral, sendo inexistentes quaisquer centros de formação de nível médio e profissional. Existe uma grande porção de analfabetos, sendo no final do decénio, a percentagem é superior a dos que têm formação média e superior;

No que se refere às características socio-económicas, domina o nível de conforto muito baixo, sendo predominante as habitações de 1 a 3, o petróleo continua a ser a principal fonte de energia utilizada na iluminação, a lenha a principal fonte de energia para a preparação dos alimentos, a maioria dos agregados familiares está sem casa de banho e retrete e o chafariz continua a ser a principal forma de abastecimento, isto é, permanecem as características de um concelho rural;

Para terminar não podíamos deixar de referir a carência de dados em relação a determinados sectores, o que consideramos um dos grandes constrangimentos que dificulta estudos concisos que permitam elevar o concelho para um patamar mais elevado.

RECOMENDAÇÕES

Da elaboração deste trabalho deixamos algumas recomendações que consideramos ser úteis e imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de um dos concelhos considerado dos mais pobre do país, mas com enormes potencialidades que se forem devidamente aproveitadas poderá elevar a posição do concelho no ranking da pobreza nacional. Para que isso aconteça pensamos que é necessário:

Produzir mais dados estatísticos sobre o concelho do Tarrafal, tanto em termos de quantidade e qualidade, que permitam estudos precisos sobre o passado, presente e planejar o futuro. A produção desses dados tem que ser feito não só pelas instituições responsáveis para o fim, mas também através da promoção de estudos académicos e uma melhor organização dos serviços públicos dotando-os de técnicos estatísticos capazes de organizar e produzir alguns dados;

Promover actividades de sensibilização, em matéria do planeamento familiar e do uso dos métodos contraceptivos, junto das populações;

Criação de centros de formação profissional e alargamento do sistema de ensino, criando escolas técnicas, visto que, se verifica cada vez mais um maior número de alunos com 12º ano sem emprego, sem bolsas de estudos e sem condições para prosseguir os estudos dentro ou fora do país por conta própria;

Alargamento do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a criação de condições para o funcionamento da rede de esgotos construído a algum tempo e resolução de problema de acesso a água potável a muitas localidades do concelho do Tarrafal;

Melhorar as estradas de acesso intra-concelho, criar espaços de lazer e electrificação, a muitas localidades rurais do concelho;

Urge a sensibilização, aplicação da legislação e criação de alternativas, no concelho face à grande percentagem da população que dedica a apanha de inerte nas bacias hidrográficas e nas praias, bem como aqueles que dedicam a extracção de jorra nos montes das vacas, e prática agrícola inadequada nas encostas, visando a preservação do meio ambiente, por forma a assegurar o usufruto das novas gerações;

Criar condições que atraem o investimento estrangeiro e dos emigrantes, sobretudo no sector das transformações, criando mais postos de trabalho bem como o aumento da produção;

Inovar o sector primário, aumentando a produtividade;

Criar condições para um turismo de qualidade;

Melhorar as infra-estruturas de saúde, bem como dotar o concelho de um maior número de médicos e enfermeiros, promovendo a sua formação especializada;

Estimular a criação das associações nas diferentes zonas do concelho que defendam os seus interesses e promovam a integração, sobretudo, dos grupos pobres;

Desenvolver políticas no ramo da educação que permitam a formação de quadros técnico-profissionais, médios e superiores;

Criar condições para o regresso de quadros que estão noutras localidades do país e no estrangeiro;

Potencializar e valorizar os quadros residentes no concelho com vista a dedicarem ainda mais ao desenvolvimento do concelho.

BIBLIOGRAFIA

- BIAYE**, Mady. Perspectives Démographiques du Cap-Vert a l'Horizon 2020. Praia, Ministère de la Coordination économique/ Direction Générale du Planeament. Avril, 1996.
- BRITO**, Pedro Moreno. Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde entre 1990 e 2000 – Prospectiva para o ano 2025. Dissertação de Mestrado em ISEGI/UNL, LISBOA, 2003.
- CARREIRA**, António. Migrações nas ilhas de Cabo Verde, ICL, Praia, 1983.
- CASELLI**, Graziela; **VALLIN**, Jacques; **WUNSCH**, Guillaume (Eds.). (2001). Démographie: analyse et synthèse, Vol. I, La dynamique des populations. Institut National d'Études Démographiques.
- COSTA**, Mateus Mendes. Turismo e sua implicação no concelho do Tarrafal. Praia, ISE, 2000.
- FORTES**, Helena da Cruz. Dinâmica da População em S. Vicente durante o período 1990 – 2000 e o seu impacto Sócio-Económico. ISE. Praia, 2004.
- GOMES**, José Tavares. Tarrafal, A história * A terra* As gentes. Edição Secretariado Administrativo do Tarrafal, Câmara Municipal da Amadora, Portugal, Setembro, 1989.
- MALTHUS**, Thomas Robert. Ensaio sobre o princípio da população. Col. Livros de Bolso Europa América. 1798.
- MONTEIRO**, Domingos Correia. Estudos sobre a Demografia em Cabo Verde. Situação Passada, Presente e Perspectivas futuras. Projecto NLTPS – Estudo de Perspectivas a Longo Prazo – Cabo Verde 2022. Dezembro, 1995;
- NAZARET**, J. Manuel. A Demografia: Ciência da População. Lisboa, Ed. Presença, Abril de 2004
- NAZARETH**, J. Manuel. Introdução a Demografia. Teoria e Prática. Lisboa. Ed. Presença, 2000.
- REINHARD**, M., **ARMENGAUD**, A., **DUPÂQUIER**, J. Histoire générale de la population mondiale, Ed. Montchrestien, Paris, 1968.
- RODRIGUES**, Ricardo Mendes. Análise das características da População das Localidades do Concelho do Tarrafal. ISE, Praia, 2003.
- SEMEDO**, José Maria e **BRITO**, Arminda. Nossa Terra Nossa Gente. Edição PFIE, Cabo

Verde, Praia, Fevereiro, 1995.

SILVA, «et all». Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social – 12º Ano. Lisboa: Plátano Editora, Fevereiro, 2000.

RINCON, Manuel. Distribucion Espacial Y Migraciones Internas. Centro Latino-americano de Demografia, Febrero de 1984.

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

Plano Ambiental Municipal do Tarrafal. ANMCV. 2004.

Revista Resistência. Câmara Municipal do Tarrafal. Edição especial em homenagem aos antigos presos políticos do ex-campo de concentração do Tarrafal, Abril, 1999.

Plano de Desenvolvimento Urbano da Vila do Tarrafal, Caracterização e Diagnostico. 1ª Fase. HP/ENGIC.

Censos de 1990 e 2000: Recenseamento Geral da População e Habitação. INE, Praia, Imprensa Nacional, 2001.

Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva. INE, Divisão de Demografia e Estatísticas Sociais, Praia, Imprensa Nacional, 2000.

Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000. (Junho de 1999) República de Cabo Verde; Praia.

Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural – Região S. Miguel e Tarrafal. OASIS, Julho de 2003.